

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMATER EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Divisão de Compras

Processo SEI nº 3040.01.0002172/2024-36

PREGÃO ELETRÔNICO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PROCESSO SEI N.º 3040.01.0002172/2024-36

SIAD: 3041002 000036/2024

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, PROJETOS, SUPORTE TÉCNICO E GERENCIAMENTO DE BANCO DE DADOS, SISTEMAS OPERACIONAIS, SOLUÇÕES DE BACKUP, INFRAESTRUTURA LÓGICA DE REDE, MONITORAMENTO, ADMINISTRAÇÃO DE AMBIENTES COMPUTACIONAIS LOCAIS E NUVEM PÚBLICA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO PARA A UNIDADE CENTRAL DA EMATER/MG.

IMPORTANTE:

- Início da sessão de disputa de preços prevista para o dia: 06/06 /2024 às 09:30 h.

INFORMAÇÕES GERAIS:

- Site para realização do Pregão: <https://compras.mg.gov.br/>
- Site para consulta ao Edital: <https://compras.mg.gov.br/> e www.emater.mg.gov.br
- Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF)

ÍNDICE

1 – EDITAL:

1. PREÂMBULO

2. DO OBJETO
3. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES
5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO
6. DAS VEDAÇÕES E DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
7. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
8. DO CREDENCIAMENTO
9. DA DATA DO PREGÃO
10. DA SESSÃO DO PREGÃO E DOS LANCES
11. DA FASE DO JULGAMENTO
12. DA HABILITAÇÃO
13. DO SANEAMENTO: DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
14. DOS RECURSOS
15. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO
16. DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO
17. DAS INFRAÇÕES, DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E CRIMES LICITATÓRIOS
18. DO CONTRATO

19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
20. DAS OBRIGAÇÕES
21. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO
22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II – PROJETO BÁSICO
ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO IV – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO
ANEXO V – DECLARAÇÕES
ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO

1. PREÂMBULO

A **EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER-MG**, Empresa Pública do Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Minas Gerais, com sede à av. Raja Gabáglia, 1626, bairro Gutierrez, Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 19.198.118/0001-02, realizará procedimento licitatório na modalidade **pregão eletrônico**, critério de julgamento MENOR PREÇO, em sessão pública, através do site www.compras.mg.gov.br, para contratação de serviços, com especificação contida nesse Edital e em seus anexos.

Este pregão será regido pelas Leis nº 13.303, de 30 de junho de 2016, nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, nº 11.488, de 15 de junho de 2007, nº 11.326, de 24 de julho de 2006, nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 e nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, pelos Decretos nº 11.129 de 11 de julho de 2022, nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pelas Leis Estaduais nº 20.826, de 31 de julho de 2013, e nº 13.994 de 18 de setembro de 2001, pelos Decretos Estaduais nº 48.723 de 24 de novembro de 2023, nº 48.580 de 22 de março de 2023, nº 47.524, de 06 de novembro de

2018, nº 47.437, de 26 de junho de 2018, nº 47.228, de 04 de agosto de 2017, nº 47.222, de 26 de junho de 2017, nº 47.154, de 20 de janeiro de 2017, nº 46.782 de 23 de junho de 2015, nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, nº 45.035, de 02 de fevereiro de 2009, nº 37.924, de 16 de maio de 1996, pela Resolução SEPLAG nº 102, de 29 de dezembro de 2022, pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 8.727, de 21 de setembro de 2012, pelas Resoluções SEPLAG nº 058, de 30 de novembro de 2007 e nº 093, de 28 de novembro de 2018, com suas alterações posteriores, dentre outras normas aplicáveis, bem como pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG (acessível no sítio da Emater/MG: www.emater.mg.gov.br).

1.1 - O pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) Fabio Augusto Vasconcelos Pena e Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 252-42/2024 de 01 de março de 2024.

1.2 - A abertura da sessão de pregão terá início no dia 06 de Junho de 2024 às 9:30 horas.

1.3. Setor Solicitante: **Assessoria em Gestão de Tecnologia da Informação - ASGTI**

2. DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto deste procedimento licitatório a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria, projetos, suporte técnico e gerenciamento de banco de dados, sistemas operacionais, soluções de backup, infraestrutura lógica de rede, monitoramento, administração de ambientes computacionais locais e nuvem pública e segurança da informação, conforme especificações constantes neste Projeto Básico e seus Anexos.

3. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3.1 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente procedimento licitatório serão enviados ao pregoeiro em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, pelo Portal de Compras, no endereço eletrônico www.compras.mg.gov.br.

3.1.1 – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

3.2 – Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, pelo Portal de Compras no seguinte endereço eletrônico www.compras.mg.gov.br, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

3.2.1 – A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

3.2.2 – Excepcionalmente poderá o pregoeiro conceder efeito suspensivo à impugnação, hipótese que deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

3.2.3 – Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

3.3 – As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no Portal de Compras MG, dentro do prazo estabelecido nos subitens 3.1.1 e 3.2.1, e vincularão os participantes e a EMATER-MG.

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES

4.1 – O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a apresentação de sua proposta com o preço, a indicação de marca e modelo do objeto ofertado, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), é de 08 (oito) dias úteis.

4.2 – No dia e horário previsto no edital, a sessão pública será aberta e dirigida pelo(a) pregoeiro(a) designado(a), a ser realizada em fiel observância às normas da legislação vigente aplicável, e, principalmente, nos procedimentos estabelecidos pelas cláusulas deste Edital. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

4.3 – Após a divulgação do Edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema, no endereço eletrônico www.compras.mg.gov.br, a proposta comercial em conformidade com o Anexo III (Proposta) deste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3.1 – Na etapa de que trata o subitem 4.3, não haverá ordem de classificação, o que ocorrerá somente após os procedimentos da abertura da sessão pública e da etapa de lances.

4.3.2 – Deverá ainda o licitante atender e preencher todos os campos indicados pelo sistema.

4.4 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.5 – O envio da proposta (Anexo III), ocorrerá por meio de chave de identificação e senha de acesso ao sistema, no endereço eletrônico www.compras.mg.gov.br.

4.6 – O licitante declarará em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica aplicável, o cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital.

4.7 – A falsidade das declarações mencionadas no subitem 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-MG, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.

4.8 – Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta cuja verificação de conformidade foi realizada pelo pregoeiro, depois de definido o resultado do julgamento das propostas.

4.9 – No momento da apresentação da proposta não será exigido o recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

4.10 – Todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos serão tacitamente aceitas pelo proponente no ato do envio de sua proposta.

4.11 – A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

4.12 – Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a aquisição do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo, única e exclusivamente, da contratada.

4.13 – O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências de habilitação previstas no Anexo IV (Exigências para Habilitação) deste Edital, sendo o participante responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados por seu representante, isentando de responsabilidade o provedor do sistema e/ou a EMATER-MG, por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.14 – Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional.

4.15 – Excetuados os erros claramente percebidos, não se admitirá proposta que apresente preço simbólico, irrisório, superestimado ou de valor zero, incompatível com o preço de mercado acrescido dos respectivos encargos.

4.16 – Os licitantes deverão, antes de formular suas propostas, inteirar-se das condições deste Edital, bem como fazer uma análise das especificações e preços de mercado, para que não haja divergências entre produtos ofertados, preços errôneos e especificações equivocadas.

4.17 – A isenção do ICMS concedida aos fornecedores estabelecidos no estado de Minas Gerais, prevista no item 114, do Anexo X, do Decreto Estadual nº. 48.589/2023, NÃO se aplica à EMATER-MG, devendo os fornecedores mineiros informar nas propostas enviadas, os preços sem a dedução relativa ao mencionado imposto.

5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1 - Os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao certame.

6. DAS VEDAÇÕES E DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

I - DAS VEDAÇÕES

6.1 – A teor do art. 5º do Decreto Estadual 48.723/2023 e do art. 14, da Lei 14.133/2021, não poderão disputar o presente procedimento licitatório ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

6.1.1 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.1.2 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.1.3 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.1.4 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

6.1.5 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

6.1.6 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o subitem 6.2.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 2º A critério da EMATER-MG e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 6.2.1 e 6.2.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da EMATER-MG.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto no item 6.2 não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§ 5º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.

6.2 – A teor do art. 38, da Lei 13.303/16, do art. 7º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-MG, da Lei Estadual 13.994/01, também não poderão participar do presente procedimento licitatório as empresas:

6.2.1 - Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da EMATER-MG;

6.2.2 - Esteja cumprindo pena de suspensão do direito de licitar e contratar aplicada pela EMATER-MG;

6.2.3 - Incluída no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP, conforme Lei Estadual nº 13.994/2001;

6.2.4 - Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

6.2.5 - Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

6.2.6 - Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

6.2.7 - Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

6.2.8 - Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

6.2.9 - Incluída no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de que trata o art. 37 da Lei 13.303/2016 e no Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas/Suspensas/Punidas – SIRCAD, através do link <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

6.3 - Ainda estará impedido de participar do presente procedimento licitatório, nos termos do parágrafo único, do art. 38, da Lei 13.303/16, bem como do parágrafo único, do art. 7º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG:

6.3.1 - o empregado ou dirigente da Emater-MG, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios na condição de licitante;

6.3.2 - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil com:

6.3.2.1 - dirigente da EMATER-MG;

6.3.2.2 - empregado da EMATER-MG cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

6.3.2.3 - autoridade do ente público a que a EMATER-MG esteja vinculada.

6.3.3 - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido o seu vínculo com a EMATER-MG há menos de 6 (seis) meses.

6.4 - Conforme art. 37, §1º, da Lei 13.303/16, não poderá disputar o presente pregão, ou participar da execução do contrato que advenha deste, direta ou indiretamente, fornecedor incluído no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de que trata o art. 23, da Lei 12.846/13.

II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.5 – Poderão participar do presente procedimento licitatório, todos quantos militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, inclusive microempresas, empresas de pequeno porte, às sociedades cooperativas nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488/07, bem como às demais pessoas a elas equiparadas, na forma e nos termos da Lei Complementar nº 123/06, da Lei Estadual nº 20.826/13, dos arts. 3º e 8º do Decreto Estadual nº 47.437/18 e do art. 3º da Resolução SEPLAG nº 58/2007, que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e desde que previamente credenciadas no módulo Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF, do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD, no Portal de Compras www.compras.mg.gov.br, nos termos dos Decretos Estaduais nº 45.902/12 e nº 47.524/18, bem como pela Resolução SEPLAG nº 093/2018.

6.5.1 - Para fins do disposto no subitem 6.5, o enquadramento dos beneficiários indicados no Decreto Estadual nº 47.437/2018 se dará da seguinte forma:

I - microempresa e empresa de pequeno porte, conforme definidos nos incisos I e II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, devendo ser observado o que estabelece o §4º deste dispositivo;

II - agricultores familiares, conforme definido na Lei nº 11.326/06;

III - produtores rurais pessoas físicas, conforme disposto na Lei nº 8.212/91;

IV - microempreendedores individuais, conforme definido no §1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123/06; e

V - sociedades cooperativas, conforme definido no art. 34, da Lei nº 11.488/07 e no art. 4º da Lei nº

6.5.2 – Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, de que trata o inciso V, do subitem 6.5.1., conforme o art. 16, da Lei 14.133/2021, poderão participar do presente pregão quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

6.6 – O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta independente do resultado do procedimento licitatório.

6.7 – A participação no certame implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório, se sujeitando às sanções previstas neste Edital e Anexos, em caso de descumprimento.

6.8 – O licitante obriga-se ainda a declarar sob as penas legais, a superveniência de fato impeditivo da sua habilitação.

6.9 – Deve ainda o licitante interessado em participar da presente licitação, observar o seguinte:

6.9.1 – Registrar-se previamente no CAGEF;

6.9.2 – Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta até a data e hora marcadas para abertura da sessão;

6.9.3 – Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

6.9.4 – Acompanhar as operações no sistema durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

6.9.5 – Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

6.9.6 – Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso ao sistema para participar do pregão na forma eletrônica;

6.9.7 – Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso ao sistema por interesse próprio.

6.10 – Especificamente no caso de licitantes que sejam MEI's ou pessoas físicas (eventual/autônomo), poderá ser exigida destes a comprovação de sua regularidade para fins das exigências do e-Social, as quais deverão ser atendidas quando solicitadas.

6.11 – O fornecedor que tiver seu registro cancelado no CAGEF terá sua chave de identificação e senha para acesso ao sistema suspensas automaticamente.

6.12 – Não serão exigidos das microempresas, das empresas de pequeno porte, bem como às demais pessoas a elas equiparadas e de sociedade cooperativa, como condição à participação das mesmas ao presente certame, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

6.12.1 – Serão, no entanto, exigidos das microempresas e das empresas de pequeno porte, bem como às demais pessoas a elas equiparadas e de sociedade cooperativa, os documentos referidos no subitem anterior, para efeito de assinatura do contrato, de acordo com o §7º do art. 36, do Decreto Estadual 48.723/2023 e art. 6º do Decreto Estadual 47.437/2018.

6.13 – Em conformidade com o art. 12, da Lei Estadual 13.994/01 e art. 52, §3º, do Regulamento Interno de

Licitações e Contratos da Emater-MG, os responsáveis pelo presente procedimento licitatório, deverão consultar, em todas as fases deste, o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP, emitindo a respectiva Certidão, e o Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas/Suspensas/Punidas – SIRCAD, emitindo a Certidão Negativa Correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), através do link <https://certidoes.cgu.gov.br/>, tomando as necessárias providências para que sejam excluídas deste procedimento licitatório, tanto as pessoas físicas, quanto as jurídicas, inscritas nestes Cadastros/Sistemas.

6.14 – Para esta licitação, não será permitida a subcontratação.

7. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1 – O certame será conduzido pelo(a) pregoeiro(a), a quem, além de outras atribuições previstas neste Edital e Anexos e no Decreto Estadual 48.587/23, caberá:

7.1.1 – conduzir e coordenar a sessão pública da licitação;

7.1.2 – receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, facultada a requisição de subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

7.1.3 – verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital;

7.1.4 – verificar e julgar as condições de habilitação;

7.1.5 – sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

7.1.6 – negociar, quando for o caso, melhores condições com o detentor da melhor proposta;

7.1.7 – indicar o vencedor do certame;

7.1.8 – conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

7.1.9 – receber os recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar sua decisão, encaminhá-los à autoridade superior;

7.1.10 – encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, para autoridade superior para o encerramento da licitação, nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

7.2 – O pregoeiro será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

7.3 – É facultado ao pregoeiro:

7.3.1 – Solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores da EMATER-MG, a fim de subsidiar sua decisão.

7.4 – Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados ou quem os represente deverão credenciar-se pelo site www.compras.mg.gov.br, conforme instruções e documentos nele contidas e exigidos em observância à Resolução SEPLAG nº 093 de 28/11/18, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização do pregão eletrônico.

8.2 - O credenciamento implica o recebimento de chave de identificação e senha de acesso ao CAGEF e ao Portal de Compras, fornecida pelo Gestor do Credenciamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG/MG, sendo o seu detentor, licitante e/ou representante, responsável(is) pelo seu uso e por todas as transações efetuadas, podendo responder administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido da senha, na forma da legislação em vigor, não cabendo ao provedor do sistema ou à SEPLAG, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.3 - Outras informações para credenciamento/esclarecimento a licitantes e/ou seus representantes, poderão ser obtidas pelos seguintes canais: **Central de Atendimento aos Fornecedores - E-mail: cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br ou pelo telefone (31) 3916-9755. Horário de**

Atendimento: Segunda Sexta de 08:00 horas às 16:00 horas.

8.4 - A EMATER-MG não possui autonomia para intervir no credenciamento do(s) licitante(s) para obtenção da senha de acesso, haja vista ser esse procedimento de exclusiva responsabilidade da SEPLAG, provedora do sistema eletrônico. Em caso de dúvida contatar esta Secretaria.

8.5 - O credenciamento implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, sob pena de aplicação das sanções previstas no item 17 deste Edital.

8.6 - O uso da senha de acesso é plenamente válido para firmar as declarações exigidas no pregão e contratação dele decorrente, sendo considerado, para efeitos jurídicos, equivalente à assinatura.

8.7 – O licitante que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte e das demais pessoas a elas equiparadas, na forma e nos termos da Lei Complementar nº 123/06, da Lei nº 11.326/06, da Lei nº 8.212/91, da Lei 11.488/07, da Lei 5.764/71, Lei 14.133/21, da Lei Estadual nº 20.826/13, do Decreto Estadual nº 47.437/18 e seu art. 3º, e do art. 3º da Resolução SEPLAG nº 58/2007, devendo ser observada, ainda, a Resolução SEPLAG nº 093/2018, bem como realizar seu credenciamento no CAGEF em atendimento a esta última e ao Decreto Estadual nº 47.524/18, para fins de sua aplicação.

8.7.1 – Os licitantes agricultores familiares e produtores rurais pessoas físicas, serão beneficiadas pelo tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, somente se estiverem em situação regular junto à Previdência Social e ao município, e se tiverem auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

8.8 – O enquadramento do beneficiário será realizado conforme as seguintes regras:

I – Na hipótese de microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar pessoa jurídica, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, a informação sobre o porte e a comprovação quanto a Condição de Optante pelo Simples Nacional, serão obtidos por meio de integração com o Sistema Integrado de Administração da Receita do Estado de Minas Gerais – SIARE-MG, da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, na hipótese de fornecedor registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG. Para os demais fornecedores os dados quanto ao porte e a comprovação quanto à condição de optante pelo Simples Nacional, serão obtidos por meio de integração com a base do Sistema de Informações para Convenientes via Web Service – InfoConv-WS da RFB.

II – Na hipótese de agricultor familiar e produtor rural, ambos pessoas físicas, deverá ser entregue declaração demonstrando que a sua receita bruta anual é igual ou inferior ao limite estabelecido no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

8.8.1 – O dado de porte será registrado no CAGEF da seguinte forma:

I – Micro: para o fornecedor classificado como microempresa;

II – Pequeno: para o fornecedor classificado como empresa de pequeno porte;

III – Outro: para o fornecedor não classificado nas hipóteses I e II.

8.8.2 – A atualização das informações do porte do fornecedor no CAGEF poderá ser realizada conforme as seguintes regras:

I – Com periodicidade semanal, no primeiro dia útil da semana subsequente à data de atualização do porte do contribuinte na base cadastral do Siare-MG;

II – A qualquer momento, a critério da unidade cadastradora, para a compatibilização das informações constantes das bases de dados do CAGEF às informações constantes da base de dados do Siare-MG ou da RFB, conforme o caso;

III – A qualquer momento, por solicitação do fornecedor, conforme requisitos para a comprovação de porte estabelecidos no subitem 8.9.

8.9 – O porte do licitante no CAGEF e a informação sobre a Condição de Optante pelo Simples Nacional, deverão ser definidos pela unidade cadastradora nas hipóteses de indisponibilidade, erro ou falha de integração entre os sistemas, ou de incorreção ou desatualização dos dados do sistema SIAD-MG em relação aos sistemas de origem desta informação.

I – Para que o porte seja definido como “Micro” ou “Pequeno”, nas hipóteses desse subitem, é necessário

que:

a) a unidade cadastradora comprove a condição de empresa optante pelo Simples Nacional, mediante consulta aos sítios da RFB ou do comitê Gestor do Simples Nacional; ou,

b) o fornecedor apresente documento comprobatório da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, em data igual ou posterior à data da última atualização da informação de seu porte na base de dados do CAGEF:

b.1) se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial ou órgão equivalente da sede da empresa;

b.2) se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da empresa.

II – Para a comprovação da Condição de Optante pelo Simples Nacional é necessária a realização da ação indicada no inciso I, alínea ‘a’, deste subitem 8.9.

9. DA DATA DO PREGÃO

9.1 – O licitante deverá observar a data e horário do início da disputa, disposta na página número 1 deste Edital.

9.2 – Após a etapa de que trata o item 4 deste Edital, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema.

9.3 – A ata da sessão pública será disponibilizada na internet, no endereço eletrônico www.compras.mg.gov.br imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

10. DA SESSÃO DO PREGÃO E DOS LANCES

10.1 – A partir do dia e horário previsto no Edital, a sessão pública na internet será aberta pelo Pregoeiro com a utilização de sua chave de identificação e senha de acesso ao sistema.

10.1.1 – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de identificação e senha de acesso ao sistema.

10.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

10.2 – Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Portal de Compras MG.

10.2.1 – O licitante será imediatamente informado do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

10.2.2 – O licitante somente poderá oferecer um valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado, conforme o critério de julgamento.

10.2.3 – Durante a sessão pública, os licitantes serão informados em tempo real do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.3 – Para este pregão, será adotado para o envio de lances, o modo de disputa aberto, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital;

10.3.1 – Para fins do envio de lances, deverá ser observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances de **R\$300,00 (trezentos reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.3.1.1 – Lances intermediários são aqueles iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante e aqueles iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento maior desconto.

10.3.2 – Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados da seguinte forma:

I – ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

II – ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

10.3.3 – A duração da etapa de envio de lances da sessão pública será de 10 (dez) minutos e será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da fase competitiva.

10.4 – A prorrogação automática de que trata o subitem anterior (10.3.3), será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances durante a prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.4.1 – Na hipótese de não haver novos lances durante a prorrogação automática de que trata o subitem 10.4, a etapa de envio de lances será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 10.3.2.

10.4.2 – Encerrada a etapa de envio de lances sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem anterior, o pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, na busca pelo melhor preço.

10.4.3 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos neste edital de licitação, para a definição das demais colocações.

10.4.4 – Após o reinício previsto no subitem 10.4.3, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por não ofertar nenhum lance no sistema.

10.4.5 – Encerrada a etapa de que trata o subitem 10.4.4, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 10.3.2.

10.5 – Caso o sistema eletrônico desconecte para o Pregoeiro, no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, mas permaneça acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.5.1 – Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos para a EMATER-MG, a sessão pública será suspensa, após a finalização do envio dos lances, e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.6 – Em conformidade com o art. 26, §2º do Decreto Estadual 48.723/23, após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

10.6.1 – Para fins do subitem anterior, havendo situação de empate, isto é, quando as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte, equiparadas ou sociedades cooperativas, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e apresentadas por licitante que não se enquadre na Lei Complementar 123/06, será dada preferência de contratação para aquelas (microempresas, empresas de pequeno porte, equiparadas e sociedades cooperativas).

10.6.2 – Para efeito do disposto no subitem 10.6.1, ocorrendo o empate, proceder-se-á na forma dos subitens 10.6.2.1 a 10.6.2.3.

10.6.2.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

10.6.2.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 10.6.2.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

10.6.2.3 – Havendo equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem na hipótese do intervalo estabelecido no subitem 10.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.6.3 – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos subitens 10.6.2 a 10.6.2.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.6.4 – O disposto nos subitens 10.6.2 à 10.6.3 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte, equiparadas ou sociedades cooperativas.

10.6.5 – Para fins do presente pregão eletrônico, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

10.7 – Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.8 – Na hipótese de persistir o empate, haverá sorteio pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11. DA FASE DO JULGAMENTO

11.1 – O critério de julgamento e de aceitação das propostas para a presente licitação, será o de **MENOR PREÇO**, observadas as especificações, prazos máximos para execução do serviço, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade, além das demais condições definidas neste Edital e na legislação pertinente, inclusive com a verificação, pelo(a) Pregoeiro(a), de inscrição ou não impeditiva contra o licitante vencedor no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP, e nos Sistemas CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM - SIRCAD, em conformidade com o art. 12, da Lei Estadual nº 13.994/01 c/c art. 52, inciso III, do Decreto Estadual nº 45.902/2012, e subitem 6.12 deste Edital.

11.2 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou desconto final em relação ao estimado para a contratação.

11.2.1 Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela EMATER-MG;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11.3 – Fica estabelecido o prazo de **08 (oito) horas úteis**, prorrogável por igual período, nas hipóteses previstas nos incisos I e II, do §3º, do art. 27, do Decreto Estadual 48.723/23, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequados ao último lance ofertado.

11.4 – Definido o resultado do julgamento, o pregoeiro poderá negociar, por meio do sistema e de forma pública e transparente, condições mais vantajosas para a EMATER-MG com o primeiro colocado.

11.4.1 – Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, respeitada a ordem de classificação estabelecida no subitem 10.3.2, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos nos subitens 10.6 a 10.8.

11.4.2 – Concluída a negociação, o resultado será registrado na ata da sessão pública, que deverá ser anexada aos autos do processo de contratação.

11.4.3 – Havendo negociação, o primeiro colocado terá o prazo de **08 (oito) horas úteis**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da nova proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último valor ofertado.

11.4.4 - O descumprimento dos prazos previstos nos subitens 11.3 e 11.4.3, implicará em desclassificação do licitante.

11.5 – No caso de se exigir apresentação de planilha de composição de preços, a mesma deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo de **08 (oito) horas úteis**, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor após a negociação.

11.6 – É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado para serviços em geral, ou propostas inferiores a 75% do valor orçado, no caso de obra ou serviço de engenharia. Sendo a hipótese de entender que o preço é inexequível, o Pregoeiro deverá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço para realizar o julgamento da proposta. A inexequibilidade somente será identificada após diligência do Pregoeiro que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.7 – O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação, observado o disposto na Lei Estadual nº 14.184/2002.

11.8 – As proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-los no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação.

11.9 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os subitens 11.7 e 11.8, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, e a ocorrência será registrada em ata.

11.10 – Após a negociação com todos os licitantes, de que trata o subitem 11.4.1, permanecendo os valores de todas as propostas acima do preço máximo definido pela EMATER-MG, a licitação restará fracassada.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1 – Encerrada a fase de julgamento, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante nos termos deste edital de licitação.

12.2 – Para habilitação dos licitantes serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de cumprir o objeto da licitação, nos termos dos Anexos I (Termo de Referência), IV (Exigências para Habilitação) e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-MG..

12.2.1 – Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

12.2.2 – A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e econômico-financeira poderá ser substituída, total ou parcialmente, pelo registro cadastral no Caged (CRC). Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Caged serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

12.2.3 – Os documentos de habilitação deverão ser apresentados, quando solicitados pelo Pregoeiro, em formato digital no sistema eletrônico, no prazo DE 8 (oito) horas úteis, prorrogável por igual período, observadas as seguintes hipóteses:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;

II - de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o subitem 11.2.

12.3 – Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no item 13 deste Edital.

12.4 – Após a apresentação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.5 – A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.6 – Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, observado o prazo do subitem 11.3.

12.7 – Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes cuja análise foi realizada pelo Pregoeiro, depois de definido o resultado do seu julgamento.

13. DO SANEAMENTO: DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1 – No julgamento das propostas e na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros

ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins, respectivamente, de classificação e de habilitação, observado o disposto na Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

13.2 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas aos saneamentos de que trata o subitem 13.1, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio com, no mínimo, 24 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14. DOS RECURSOS

14.1 – Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e/ou do ato de habilitação ou inabilitação, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

14.2 – As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3(três) dias úteis, contados a partir da notificação acerca da conclusão do juízo de admissibilidade relativo às manifestações de intenção de recorrer, realizado pelo Pregoeiro.

14.3 – O juízo de admissibilidade referido no subitem 14.2 será realizado após a etapa de manifestação de intenção de recorrer de que trata o subitem 14.1, ao final da etapa de habilitação.

14.4 – Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data final do prazo do recorrente, pelas mesmas formas de apresentação do recurso.

14.5 – Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.6 – O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

14.7 – Na ausência de registro de manifestação de intenção de recorrer pelos licitantes, fica a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

15. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1 – Encerradas as fases de julgamento e habilitação e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15.2 – A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório pelos critérios e na forma de que trata o Decreto Estadual 48.723/2023 por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.3 – O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

15.4 – Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.5 – Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.6 – Caberá recurso no prazo de 3(três) dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado, no que couber, o disposto nos arts. 165 e 168 da Lei Federal no 14.133/2021.

15.7 – Na hipótese da ilegalidade de que trata o subitem 15.2 ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-MG.

16. DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

16.1 – Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou receber o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções dispostas no Item 17 deste edital e outras penalidades aplicáveis.

16.2 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela EMATER-MG.

16.3 – Será facultado à EMATER-MG, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não receber o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato ou recebimento do instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.4 – Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 16.3, a EMATER-MG, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, conforme art. 41, §3º, I e II, do Decreto Estadual 48.723/23, poderá:

I – convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II – adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.5 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou receber o instrumento equivalente no prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor da EMATER-MG.

16.6 – A regra do subitem 16.5 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do subitem 16.4.

16.7 – Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.8 – Será facultado à EMATER-MG a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação remanescente do objeto em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos subitens 16.3 e 16.4.

16.9 – Conforme disposto no art. 75, §2º, II, da Lei 13.303/16, a EMATER-MG poderá, ainda, revogar a licitação, quando o licitante vencedor for convocado e não assinar o termo de contrato ou receber o instrumento equivalente, no prazo e nas condições estabelecidos.

17. DAS INFRAÇÕES, DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E CRIMES LICITATÓRIOS

17.1 – Garantido o contraditório e a ampla defesa, poderão ser aplicadas as sanções previstas nos arts. 119 a 123 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-MG, para os casos de inexecução contratual, bem como as previstas no art. 124, para os atos que dizem respeito à licitação, ao fornecedor/contratado que, mas não se limitando a:

I - deixar de entregar documentação exigida para o certame;

II - apresentar documentação falsa;

III - não mantiver a proposta;

IV - falhar ou fraudar a execução do contrato;

V - comportar-se de modo inidôneo;

VI - cometer fraude fiscal;

VII - reincidência de fatos já punidos anteriormente com multa;

VIII - a subcontratação do objeto contratual, sem prévia autorização formal da EMATER- MG;

IX - a emissão de título de crédito ou a utilização do contrato para fins de caução, comercialização ou cessão de direitos;

X - o descumprimento sistemático de obrigações legais ou contratuais;

XI - a quebra de sigilo contratual, quando prevista em contrato;

XII - falha grosseira ou má qualidade na execução do objeto contratual;

XIII - a ocorrência de comportamentos de risco à saúde e/ou à vida de empregados próprios e de terceiros;

XIV - a ocorrência de dano ambiental decorrente da execução inadequada do objeto contratual;

XV - a recusa em assinar o contrato, aceitar ou receber o instrumento equivalente dentro do prazo previsto no instrumento convocatório;

XVI - a recusa ou o atraso na prestação da garantia, quando esta for exigida;

XVII - a interposição de recursos meramente protelatórios.

17.2 – Observado o disposto no *caput* do art. 38, do Decreto Estadual 45.902/2012, constatando-se a existência de fraude ou abuso de forma na criação de pessoas jurídicas, os efeitos das sanções administrativas que restringem o direito de licitar e contratar poderão ser a elas estendidos, bem como às pessoas naturais envolvidas.

17.3 – Poderá ocorrer, também, a aplicação de sanções dispostas nas Leis 12.846/2013 e 13.709/2018, na hipótese de incorrer nas vedações nelas previstas.

17.4 – As sanções somente poderão ser aplicadas mediante prévio Processo Administrativo Punitivo, nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-MG.

18. DO CONTRATO

18.1 - Observado o disposto no subitem 16.1, o fornecedor deverá promover o cumprimento do contrato para a execução do objeto desta licitação, no prazo estipulado no Anexo I (Termo de Referência).

18.1.1 – Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação da manutenção das condições de habilitação consignadas neste Edital e Anexo IV (Exigências para Habilitação), que deverão ser mantidas pelo licitante durante a execução daquele.

18.2 – Não havendo comprovação da manutenção das condições de habilitação ou na hipótese de recusa do vencedor da licitação em assinar o contrato, observar-se-á o disposto no subitem 16.3.

18.3 – A fiscalização e acompanhamento da execução do objeto do presente procedimento licitatório ficará sob responsabilidade do fiscal do contrato especialmente designado pelo gestor contratual.

18.4 – O objeto deverá ser executado nos prazos e locais determinados no Anexo I (Termo de Referência), Anexo II (Projeto Básico) e Anexo VI (Minuta de contrato) deste Edital.

18.5 – O contratado deverá avisar antecipadamente sobre a data de início da execução do objeto deste certame, conforme prazo previsto no Anexo I (Termo de Referência).

18.6 – No momento da entrega do objeto contratado e em conformidade com os arts. 111 a 117, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-MG, este poderá ser recebido:

I - provisoriamente pela EMATER-MG mediante termo de recebimento provisório, no prazo estipulado no Anexo I (Termo de Referência), para efeito de posterior verificação da conformidade e quantidade do mesmo com as especificações constantes do Edital, da proposta apresentada pela Contratada e do instrumento contratual; e,

II - definitivamente e no prazo definido no Anexo I (Termo de Referência), como condição do pagamento, conforme determina o art. 117, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-MG.

18.7 – O contratado fica obrigado a trocar, às suas expensas, o objeto ou parcela deste que vier a ser recusado, conforme prazo estipulado no Anexo I (Termo de Referência), sendo que nas hipóteses em que ocorrer o recebimento provisório, este não importará a sua aceitação.

18.8 – Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil Brasileiro e da Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

18.9 – Para este certame não será exigida a prestação de garantia de execução do objeto, prevista no art. 70, da

19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 – O pagamento será feito pela EMATER-MG, sem correção financeira, após consulta ao CAFIMP e entrega/aceitação definitiva do objeto contratado, nos termos do item 18, Anexo I (Termo de Referência), Anexo II (Projeto Básico) deste Edital e em atendimento ao disposto no art. 117, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-MG, com as respectivas notas fiscais de serviços eletrônicas, desde que nenhuma irregularidade seja constatada.

19.2 - A nota fiscal de faturamento deverá ser emitida no valor correspondente ao do contrato e deverá, obrigatoriamente, discriminar o serviço efetivamente prestado.

19.2.1 – Para os casos que a legislação exija nota fiscal, somente será aceita a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e). Nos demais casos, o documento fiscal apresentado deverá seguir a legislação vigente de acordo com o tipo de serviço prestado. A obrigatoriedade da apresentação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica não se aplica às operações realizadas por Produtor Rural não inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Também poderá ser dispensada a obrigatoriedade de apresentação de nota fiscal de serviço eletrônico (NFS-e) do prestador onde o município não tenha implementado a NFS-e, devendo ser acatado o modelo de nota fiscal de acordo com a legislação do município da prestação, exceto para o Microempreendedor Individual – MEI, que deverá utilizar, para emissão, o Portal Nacional de Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônico.

19.3 - Caso haja irregularidade na emissão da nota fiscal de serviços eletrônica, o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação sem erros.

19.4 - A Dotação Orçamentária/recursos financeiros face ao objeto do presente certame, correrão por conta da verba/dotação constante no Anexo I (Termo de Referência).

20. DAS OBRIGAÇÕES

20.1 - Constituem obrigações do licitante VENCEDOR aquelas previstas no Anexo I (Termo de Referência), Anexo II (Projeto Básico) e Anexo VI (Minuta de Contrato).

21. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

21.1 - O prazo e forma de execução do serviço será o estipulado nos Anexos I (Termo de Referência), II (Projeto Básico), III (Modelo de Proposta Comercial) e VI (Minuta de Contrato), contados da assinatura do contrato.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 - O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, conforme §1º, do art. 81, da Lei 13.303/16.

22.1.1 - Salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no subitem 22.1.

22.2 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação da proponente, ou na rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

22.3 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.4 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da EMATER-MG, a finalidade e a segurança da contratação.

22.5 - As informações pertinentes ao presente processo licitatório serão disponibilizadas no site www.compras.mg.gov.br e www.emater.mg.gov.br, garantindo ampla publicidade.

22.6 – Os participantes desta licitação têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Edital e legislação correlata e qualquer interessado poderá acompanhar o desenvolvimento da sessão pública em tempo real, por meio da internet.

22.7 – As propostas contendo a descrição do objeto e o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação do procedimento licitatório.

22.8 – Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

22.9 - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a).

22.10 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral e aceitação dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

22.11 - A EMATER-MG, a seu livre e exclusivo critério, caso entenda que a proposta apresentada pelo licitante possui preços manifestamente inexequíveis, poderá além da hipótese prevista no subitem 11.6, exigir documentação comprobatória de que o licitante cumprirá a proposta apresentada.

22.12 - A apresentação da proposta obriga o licitante declarado vencedor ao cumprimento de todas as disposições contidas na legislação pertinente e nesta licitação.

22.13 - A leitura do Edital, sua interpretação, assim como toda e qualquer documentação de habilitação, incluindo seu envio, é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante interessado.

22.14 – Conforme art. 9º e parágrafo único, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-MG, na contagem dos prazos previstos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, só se iniciando e expirando em dia de expediente na localidade responsável pelo procedimento licitatório.

22.15 - Os licitantes deverão pautar-se pelos ditames da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.846/2013, denominada “Lei Anticorrupção”, regulamentada pelo Decreto Federal 11.129/2022 e pelo Decreto Estadual 46.782/2015.

22.16 – Os licitantes devem estar cientes de que o cometimento dos atos descritos na Legislação citada no subitem 22.15, são passíveis de denúncia através do sítio eletrônico ouvidoriageral.mg.gov.br/ por qualquer pessoa física ou jurídica.

22.17 - A prática dos atos vedados pelas Leis 12.846/2013, 13.303/2016 e 13.709/2018, deverá ser comunicada ao Pregoeiro, durante o processo licitatório, e ao Gestor/Fiscal do Contrato, durante sua execução.

22.18 – Este instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que, qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

22.19 - Conforme justificativa constante no Anexo I (Termo de Referência), no Item 1, 1.1.1, em observância ao disposto no art. 24 da Lei 14.133/21 c/c o §7º do art. 5º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-MG, o valor estimado da contratação, em decorrência do presente certame, é sigiloso.

22.20 – Na forma do art. 99, II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-MG, o marco inicial para a concessão do reajustamento de preços será contada a partir da proposta.

22.21 – Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte/MG, renunciando-se, desde já, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer questões oriundas deste procedimento licitatório.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.1 – Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria, projetos, suporte técnico e gerenciamento de banco de dados, sistemas operacionais, soluções de backup, infraestrutura lógica de rede, monitoramento, administração de ambientes computacionais locais e nuvem pública e segurança da informação, conforme especificações constantes neste Projeto Básico e seus Anexos.

1.2 -

Definição do Objeto

Lote	Item	Descrição	Métrica	Qtde	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL-12MESES	VALOR TOTAL-60MESES
1	01	Serviços especializados em TI sob demanda.	UST	20.000	R\$xxxxxxx	R\$xxxxxxxxxxx	R\$xxxxxxxxxxxxxx
	02	Gerenciamento, Suporte técnico e Monitoramento das soluções, Nuvem Multicloud, Sistema operacionais, backup e Governança de T.I.	Mensal	Mensal	R\$xxxxxxx	R\$xxxxxxxxxxx	R\$xxxxxxxxxxxxxx

1.1.1 – O valor estimado da contratação será sigiloso. Justifica-se o caráter sigiloso com o intuito de induzir melhores propostas, atendendo aos princípios da competitividade, da eficiência e da economicidade, buscando evitar que o valor estimado influencie um alinhamento das propostas apresentadas. Sendo assim, as empresas licitantes deverão apresentar sua proposta com base em suas próprias estimativas de custos deixando de usar a referência de preços que a Emater-MG poderia disponibilizar, obtendo-se a melhor oferta e maior vantajosidade econômica para a contratação.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. Visando a prestação de serviços para a Emater-MG, em sintonia com as diretrizes do planejamento estratégico de TI e de acordo com o processo de modernização tecnológica, se fez necessário a contratação de Suporte Técnico Especializado em Infraestrutura e Softwares Microsoft e Cloud Azure para garantir a disponibilidade, desempenho e segurança das informações e dos sistemas que utilizam esta tecnologia, hospedados na Emater-MG e no ambiente de nuvem, além de prover a previsão de crescimento do uso desta tecnologia para os próximos anos.

2.2. Pode-se elencar abaixo os pontos de destaque aos benefícios projetados:

2.2.1. Convergência tecnológica desejada e necessária à implementação de todos os eixos e estratégias da Administração;

- 2.2.2. Alinhamento estratégico de planejamento, orientados a Emater-MG;
- 2.2.3. Maior qualidade da infraestrutura e dos serviços de TI da Emater-MG;
- 2.2.4. Gerenciamento eficiente e proativo da infraestrutura e dos serviços de TI da Emater-MG;
- 2.2.5. Monitoramento contínuo e efetivo da infraestrutura e dos serviços de TI da Emater-MG;
- 2.2.6. Aumento do grau de satisfação dos usuários com os serviços de TI da Emater-MG;
- 2.2.7. Ampliar a visibilidade e o controle do uso da Infraestrutura e dispositivos aderente ao Plano Estratégico orientada à Governança e Políticas de Acesso;
- 2.2.8. Aderência à legislação vigente da Lei Geral de Proteção de dados (LGPD).

3. SETOR SOLICITANTE:

3.1 - Assessoria em Gestão de Tecnologia da Informação - ASGTI

4. DO FISCAL E GESTOR DO CONTRATO:

4.1 – A fiscalização e a gestão do contrato serão exercidas pelo Gerente da ASGTI - Marcos Lopes.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO CERTAME

5.1 - O critério de julgamento será o de menor preço do lote, atendidas as demais condições estabelecidas no instrumento convocatório:

6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO/FISCALIZAÇÃO DO OBJETO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

6.1 - O recebimento do objeto deste instrumento convocatório dar-se-á da seguinte forma:

- a) Provisoriamente pelo fiscal do contrato mediante termo de recebimento provisório, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da efetiva entrega do objeto contratado, para efeito de posterior verificação da conformidade e quantidade do mesmo com as especificações constantes do Edital, do contrato e da proposta apresentada pela Contratada;
- b) Definitivamente pelo gestor do contrato, dentro do prazo de 05 (cinco), dias corridos contados da data do recebimento provisório ou da execução dos serviços quando não houver recebimento provisório, e após comprovação da perfeita condição e do cumprimento das demais condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência;
- c) Em caso de não observância das condições, especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência e Edital, o objeto não será recebido de forma definitiva, sendo lavrado Termo de Recusa onde constarão as desconformidades e hipótese em que o objeto deverá ser substituído em até 5 (cinco) dias corridos;
- d) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos apresentados posteriormente, nem pela garantia do objeto entregue e/ou do serviço realizado.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - A Dotação Orçamentária/recursos financeiros, conforme valor estimado de contratação, para o período de 60 meses, face ao objeto do presente certame, correrão por conta da seguinte verba/dotação: PROGRAMA GERAL nº 3041 20 606 090 4235 0001 3390 40 67 1 0.

8. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

8.1 – O objeto deverá ser executado observando-se os prazos, locais determinados e demais condições deste Anexo I, bem como dos Anexos II (Projeto Básico), III (Proposta Comercial) e VI (Minuta de Contrato), devendo a contratada responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do mesmo e, se for o caso, pelo transporte do

objeto contratado, de seu estabelecimento até o(s) local(is) determinado(s) para a(s) entrega(s), sem ônus para a Emater-MG.

8.2 – A empresa vencedora do certame deverá avisar sobre a data de início da execução do objeto contratado, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, no e-mail asgti.gerencia@emater.mg.gov.br, bem como no telefone (31)3349-8180.

8.3 – A contratada fica obrigada a refazer às suas expensas, a execução do objeto que vier a ser recusado, no prazo de até 05 (cinco) dias, em razão de não observância do que foi estipulado no Edital e Anexos.

8.4 – Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei 10.406, de 10/01/2002 – Código Civil Brasileiro – e da Lei 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1 Além das obrigações previstas no Anexo VI (Minuta de contrato), a contratada deverá executar os serviços de acordo com o Projeto Básico e Especificações técnicas.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1 As obrigações da Contratante serão aquelas previstas no Anexo VI (Minuta de Contrato).

11. PRAZO DE EXECUÇÃO:

11.1 - A execução do objeto deverá ocorrer em até 60 (sessenta) meses, contados da solicitação formal ou da assinatura do contrato.

12. DO LOCAL DE EXECUÇÃO:

12.1 - Os serviços serão prestados remotamente, pois, trata-se de um serviço em nuvem, porém, caso necessário a visita a sede deverá ocorrer na sede da Emater - MG situada à Av. Raja Gabágliã, 1626, Bairro Gutierrez, Belo Horizonte - MG.

12.2 - A Contratada deverá avisar previamente sobre a execução do objeto deste certame, com antecedência de no mínimo 10 dias de antecedência pelo telefone (31)3349-8180 ou pelo e-mail: asgti.gerencia@emater.mg.gov.br.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

13.1 - Após observados os subitens 18.6 e 19.1 a 19.3 do Edital, o item 6 deste Anexo I e a consulta à regularidade fiscal, é que o pagamento pelos serviços efetivamente prestados será efetuado, no prazo de até 15(quinze) dias úteis da apresentação do documento fiscal. Ocorrendo qualquer irregularidade na emissão do documento fiscal, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação sem erros.

13.2 - Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação do objeto, o prazo de pagamento será interrompido e, após a correção, reiniciado.

13.3 - Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da Contratada, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira, juros, ou correção monetária.

14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO :

14.1 - O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

14.2 - Na forma do art. 99, II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-MG, o marco inicial para a concessão do reajustamento de preços será contada a partir da data da proposta (xx/xx/2024), quando se tratar de contrato com prazo de vigência superior a 12 (doze) meses.

15. DA VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1 – A verificação será feita em conformidade com o disposto no Edital e seu Anexo IV (Exigências para habilitação).

16. DAS SANÇÕES

16.1 – Em caso de inobservância das normas previstas no instrumento convocatório, poderá o licitante responder pelas sanções previstas no item 17 do edital e no Anexo VI (Minuta de Contrato).

ANEXO II

PROJETO BÁSICO

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS Assessoria em Gestão de Tecnologia da Informação
---	--

Belo Horizonte, 15 de abril de 2024.

Projeto Básico

1. Objeto

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria, projetos, suporte técnico e gerenciamento de sistemas operacionais, soluções de backup, infraestrutura logica de rede, monitoramento, administração de ambientes computacionais locais e nuvem pública e Governança de T.I, conforme especificações constantes neste Projeto Básico.

1.2. Definição do Objeto

Lote	Item	Descrição	Métrica	Qtde
1	01	Serviços especializados em TI sob demanda.	UST	20.000
	02	Gerenciamento, Suporte técnico e Monitoramento das soluções, Nuvem Multicloud, Sistema operacionais, backup e Governança de T.I.	Mensal	Mensal

2. Justificativa

2.1. Visando a prestação de serviços para a Emater-MG, em sintonia com as diretrizes do

planejamento estratégico de TI e de acordo com o processo de modernização tecnológica, se fez necessário a contratação de Suporte Técnico Especializado em Infraestrutura e Softwares Microsoft e Cloud Azure para garantir a disponibilidade, desempenho e segurança das informações e dos sistemas que utilizam esta tecnologia, hospedados na Emater-MG e no ambiente de nuvem, além de prover a previsão de crescimento do uso desta tecnologia para os próximos anos.

2.2. Pode-se elencar abaixo os pontos de destaque aos benefícios projetados:

- 2.2.1. Convergência tecnológica desejada e necessária à implementação de todos os eixos e estratégias da Administração;
- 2.2.2. Alinhamento estratégico de planejamento, orientados a Emater-MG;
- 2.2.3. Maior qualidade da infraestrutura e dos serviços de TI da Emater-MG;
- 2.2.4. Gerenciamento eficiente e proativo da infraestrutura e dos serviços de TI da Emater-MG;
- 2.2.5. Monitoramento contínuo e efetivo da infraestrutura e dos serviços de TI da Emater-MG;
- 2.2.6. Aumento do grau de satisfação dos usuários com os serviços de TI da Emater-MG;
- 2.2.7. Ampliar a visibilidade e o controle do uso da Infraestrutura e dispositivos aderente ao Plano Estratégico orientada à Governança e Políticas de Acesso;
- 2.2.8. Aderência à legislação vigente da Lei Geral de Proteção de dados (LGPD).

3. Item 1 do Objeto - Serviços Especializados em TI sob Demanda

- 3.1.** A CONTRATADA deverá prestar serviços especializados com base em UST (unidade de serviço técnico) estimados, na sua totalidade em 20.000 (vinte mil) USTs para 60 meses, sendo que cada UST corresponde a 1 hora de serviço técnico, as quais **serão utilizadas sob demanda pelo período de duração do contrato**, através de Ordem de Serviços e conforme especialidades constantes no quadro 1 abaixo (itens 1 a 7). A cotação destes serviços deverá ser informada no Item 1 do modelo de proposta de preços constante do **Anexo III** deste termo de referência;

Quadro 1

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	
Item	Descrição das Especialidades
1	Consultoria de novos projetos
2	Ambiente de T.I.
3	Sistemas Operacionais
4	Computação em Nuvem

- 3.2.** Os serviços serão prestados pela empresa vencedora, de forma independente, nas quantidades convenientes, **sem garantia de quantidades e durações mínimas pré-estabelecidas**, serão prestados de acordo com as necessidades, análise técnica e aprovação da Emater-MG;
- 3.3.** As USTs serão prestadas e faturadas somente sob demanda da Emater-MG, não representando de forma alguma garantia de faturamento mínimo obrigatório;
- 3.4.** Requisitos para utilização dos serviços especializados com base em UST (unidade de

serviço técnico):

- 3.4.1. O serviço será prestado mediante solicitação via OS e terão os respectivos prazos de execução definidos neste documento, em comum acordo com a CONTRATADA, e de acordo com a quantidade de Horas a serem consumidas e de tipos de serviços a serem executados.
- 3.4.2. A partir da emissão e assinatura da OS – Ordem de Serviço, a CONTRATADA terá até 15(quinze)dias úteis para iniciar a sua execução, ressalvados os casos em que, motivadamente, seja necessário um agendamento dos trabalhos.
- 3.4.3. Toda OS deverá ser assinada pelo preposto da empresa CONTRATADA perante o CONTRATANTE, declarando a concordância da CONTRATADA, em executar as atividades descritas na OS, de acordo com as especificações estabelecidas pelo CONTRATANTE.
- 3.4.4. Os serviços deverão refletir rigorosamente as especificações constantes das respectivas OS's.
- 3.4.5. O controle da execução dos serviços se dará em três momentos, a saber: no início da execução – quando a OS é emitida pelo CONTRATANTE; durante a execução – com o acompanhamento e supervisão de responsáveis do CONTRATANTE; e ao término da execução – com o fornecimento dos respectivos relatórios pela CONTRATADA e atesto destes por responsáveis do CONTRATANTE.
- 3.4.6. Os serviços especializados compreenderão uma série de procedimentos destinados a atender demandas de melhorias e tarefas requisitadas a qualquer tempo, sem periodicidade de execução definida, com finalidade de atender as necessidades de estudos, projetos e planos do CONTRATANTE, garantindo assim que questões eventuais, que precisem de análises mais avançadas, relacionadas ao funcionamento da infraestrutura de TI, sejam atendidas pela CONTRATADA.
- 3.4.7. Os serviços das OS 's, prestados pela CONTRATADA, deverão ser necessariamente documentados (passo-a-passo), registrados e entregues à CONTRATANTE, por meio digital ou gravadas em meio magnético.
- 3.4.8. Ao final de cada serviço desenvolvido, deverá ser emitido e apresentado “Relatório de Serviços de Ordem de Serviço”, contendo o plano de arquitetura da solução entregue, com a devida descrição detalhada das atividades desenvolvidas com apuração das Horas e UST's prestadas para verificação e atesto pelo Fiscal do Contrato.
- 3.4.9. O modelo do relatório mencionado no item anterior, deverá ser definido entre as partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.
- 3.4.10. Necessita-se que a CONTRATADA seja capaz de disponibilizar os profissionais para a execução dos serviços considerado o horário de funcionamento do CONTRATANTE para fins de recebimento do serviço a ser contratado.
- 3.4.11. As Ordens de Serviços serão executadas remotamente ou em formato presencial, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE.
- 3.4.12. Os serviços serão executados preferencialmente em horário comercial e, caso exista alguma necessidade específica deles serem executados fora do horário comercial, deverão ser planejados entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.
- 3.4.13. Na OS deve constar a relação dos serviços que deverão ser executados, o tempo inicial e final de execução dos serviços demandados.
- 3.4.14. A demanda executada pela CONTRATADA na(s) OS(s) emitida(s) será classificada

pelo Fiscal Técnico considerando os seguintes critérios:

3.4.14.1. Aceito: quando a(s) Ordem(ns) de Serviço(s) e o(s) entregável (is) for(em) recebido(s) integralmente e, após verificação da qualidade, ser(em) aceito(s) não cabendo ajustes.

3.4.14.2. Pendente: quando a demanda for atendida parcialmente, e a pendência não afetar a operacionalização das atividades do CONTRATANTE relacionada à demanda.

3.4.14.3. Não Aceito: quando a(s) Ordem(ns) de Serviço(s) e o(s) entregável(is) for(em) recebido(s) integralmente e, após verificação da qualidade, venham a ser rejeitado(s), cabendo ajustes ou retificações, sujeitando-se a CONTRATADA às sanções estabelecidas para o caso.

3.5. A hora técnica para os atendimentos realizados fora do horário comercial, ou em sábados, domingos e feriados, corresponderá a 1,5 USTs;

3.6. Entende-se por horário comercial, o compreendido entre as 08:00 horas e as 17:00 horas, de segunda à sexta-feira.

3.7. Executar os serviços conforme Anexo I.

4. Item 2 do Objeto - Serviços de Gerenciamento, Suporte técnico e Monitoramento das soluções, Nuvem Multicloud, Sistema operacionais, backup e Governança de T.I.

4.1. Contratação de serviço de Monitoramento, Suporte Técnico especializado e governança do ambiente de T.I e todos os itens detalhados neste termo de referência, seguindo as melhores e mais atuais práticas de ITIL, COBIT, PMBOK na execução das suas atividades, com fornecimento de equipamentos e materiais necessários.

4.2. O serviço 4.3.1, atualização do sistema operacional atual parque de servidores da empresa do ambiente Windows Server 2012R2 para a versão Windows Server 2022 deverá obrigatoriamente ser executado todo presencialmente na sede da Emater-MG.

4.3. Requisitos para execução dos Serviços de Gerenciamento, Suporte técnico e Monitoramento das soluções, Nuvem Multicloud, Sistema operacionais, backup e Governança de T.I:

4.3.1. O serviço 2 deverá contemplar no início da sua implantação a atualização do atual parque de servidores da empresa do ambiente Windows Server 2012R2 para a versão Windows Server 2022, tanto os servidores físicos, quanto os servidores virtuais conforme itens e tecnologias abaixo:

ITENS	QTDE ESTIMADA
System Center Data Protection	1
Active Directory	3 servidores
Sistema Operacional Windows Server 2012R2	40 servidores virtuais
Sistema Operacional Windows Server 2012R2	7 servidores físicos
Sistema Operacional Windows Server 2012R2	1 cluster Hyper-V com dois servidores

**O cluster Hyper-V possui alguns servidores Linux, não é obrigatório atualizar a versão do Linus destes servidores, mas, os servidores Linux deverão ser migrados para funcionar no cluster com a nova instalação do Hyper-V Windows Server 2022.*

- 4.3.2. O serviço continuado de monitoramento será prestado nas dependências da CONTRATADA, devendo todo o ambiente e infraestrutura necessários ao suporte do serviço de monitoramento ser implantados fora das dependências do CONTRATANTE, podendo este ser instalado em nuvem pública ou privada na modalidade SaaS (Software as a Service – Software como um Serviço).
- 4.3.3. O serviço de monitoramento do ambiente de TI será prestado de maneira contínua em regime de 24x7x365, todos os dias do ano, a fim de auxiliar no aumento da disponibilidade dos sistemas informatizados e de rede de forma apoiar os processos de trabalho das áreas de negócio e atividades de suporte que requeiram atendimento imediato às necessidades de usuários e da infraestrutura.
- 4.3.4. Será realizada a contratação de serviço de monitoramento/diagnóstico, ficando a escolha das ferramentas necessárias à execução destes serviços à critério da CONTRATADA.
- 4.3.5. Visando o suporte ao ambiente e infraestrutura necessários ao serviço de monitoramento, como dever exclusivo à CONTRATADA de monitoramento, esta deverá prover, de modo geral: implantação, ativação e configuração, alta disponibilidade com alto desempenho, manutenção corretiva e evolutiva, atualização de releases e versões e operação de rotinas administrativas para o suporte ao ambiente;
- 4.3.6. Deverá contemplar as atividades de monitoramento e sustentação do ambiente fornecido para a prestação do serviço, contando com a equipe necessária para tal, sendo esta equipe devidamente dimensionada para atender à demanda e níveis de serviços previstos;
- 4.3.7. A CONTRATADA é responsável por dimensionar, organizar e gerenciar o quantitativo de profissionais em turnos de trabalho e prover a especialização da equipe necessários ao cumprimento do objeto contratado de acordo com os níveis de serviços exigidos;
- 4.3.8. É imprescindível que os profissionais que prestarão serviços executem os procedimentos de acordo com as regras de segurança e controle institucionais seguindo as boas práticas de TI, visando melhorar a qualidade dos processos internos a fim de oferecer serviços de qualidade superior e contribuindo para a otimização da gestão de TI;
- 4.3.9. A solução de monitoramento e seus agentes deverão estar sempre atualizados em sua última versão. A impossibilidade desta atualização deve ser reportada e justificada ao CONTRATANTE;
- 4.3.10. A solução deverá monitorar, de forma direta, os softwares e os hardwares do CONTRATANTE abrangidos pelos serviços solicitados;
- 4.3.11. Os links de dados quando necessários e conexões VPN para a conexão do ambiente de suporte ao serviço de monitoramento serão de responsabilidade da empresa prestadora de serviço, atendendo às normas técnicas e de segurança disponibilizadas pelo CONTRATANTE;
- 4.3.12. Para o fornecimento do correto acompanhamento do ambiente, a solução de

monitoramento poderá fazer uso de agentes a serem instalados nos servidores. Deverá ser dada preferência ao monitoramento sem uso de agentes, quando possível, sem afetar o resultado esperado dos dados coletados;

- 4.3.13. Os agentes devem ter a capacidade de serem configurados de acordo com as necessidades de monitoramento e coleta de informações dos ativos a serem monitorados, possibilitando informar o intervalo e itens a serem monitorados e possibilitando parar o monitoramento quando necessário;
- 4.3.14. Os agentes devem se comunicar com o servidor da solução de monitoramento utilizando criptografia dos dados transmitidos;
- 4.3.15. Todos os agentes necessários ao serviço de monitoramento devem ser fornecidos pela CONTRATADA, sendo instalados onde for determinada a necessidade e em comum acordo com o CONTRATANTE;
- 4.3.16. A solução de monitoramento deverá ter sua instalação centralizada, a exceção dos agentes necessários ao seu funcionamento e deverá fazer a consolidação dos dados coletados também de forma centralizada;
- 4.3.17. Os serviços que compõe o Suporte Técnico especializado para Atendimento de Tecnologia da Informação nos aspectos de suporte do ambiente de T.I deverão atender os incidentes e solicitações em período integral (24 horas por dia x 7 dias por semana);
- 4.3.18. A prestação dos serviços observará o modelo de atendimento da CONTRATADA, que pode ser ajustado a critério do CONTRATANTE;
- 4.3.19. A CONTRATADA poderá prestar o suporte técnico conforme áreas de conhecimento e tecnologias solicitadas de forma presencial e/ou remota, o que dependerá do nível de severidade do problema e da autorização por parte do CONTRATANTE. O atendimento deverá ser realizado por técnico capacitado, compreendendo, entre outros:
- 4.3.20. Acompanhar as solicitações com interações permanentes em seus históricos até que sejam definitivamente encerradas, considerando a resolução e tratativas de incidentes (troubleshooting), atendimento a solicitações técnicas.
- 4.3.21. Auxiliar na análise, utilização e configuração da solução.
- 4.3.22. Auxiliar na identificação e solução de problemas em software e hardware.
- 4.3.23. Auxiliar na instalação e configuração de atualizações de firmware e software (patches), bem como de novas versões dos produtos.
- 4.3.24. Os serviços de suporte técnico deverão estar disponíveis de segunda a domingo, 24 horas por dia, na modalidade 24 x 7 (7 dias por semana).
- 4.3.25. O CONTRATANTE fará a “Abertura de Chamados Técnicos” para acionar o suporte técnico por 0800 ou e-mail ou site da Web.
- 4.3.26. Para operacionalização do item anterior, a CONTRATADA deverá disponibilizar os números de telefone, endereços de correio eletrônico, ou área em site da Web, próprio voltados para a abertura dos chamados técnicos. Tais canais de abertura dos chamados deverão estar disponíveis para o CONTRATANTE a partir do primeiro dia de prestação do suporte técnico.
- 4.3.27. O atendimento a quaisquer chamados deverá ser prestado por profissionais especialistas qualificados.
- 4.3.28. Após a finalização de qualquer atendimento técnico, a CONTRATADA deverá elaborar relatório do atendimento com informações suficientes para que os próprios técnicos do CONTRATANTE possam utilizá-las quando necessário.

- 4.3.29. Os históricos dos chamados deverão estar disponíveis em meio eletrônico para consulta do fiscal do contrato a qualquer tempo durante a vigência do contrato atendendo aos seguintes tópicos:
- 4.3.29.1. Chamados Abertos no Período: Relatório com todas as ocorrências abertas no mês e o status.
 - 4.3.29.2. Chamados em Andamento: Relatório onde constam as ocorrências que estão sendo tratadas e qual o status.
 - 4.3.29.3. Chamados Fechados no Período: Relatório com todos os chamados que foram fechados no mês.
 - 4.3.29.4. Relatório com o histórico de chamados que foram abertos durante todo o período do contrato. O histórico deverá conter o status de cada um dos chamados.
- 4.3.30. Cabe a CONTRATADA emitir relatórios periódicos que demonstrem a evolução dos serviços, e relatórios dos chamados e suas atividades, visando a melhoria contínua. Este trabalho poderá ser apresentado em reuniões mensais e sob demanda, conforme:
- 4.3.30.1. Mensalmente deverá apresentar Relatórios contendo o histórico de chamados / solicitações do mês anterior e o histórico do período contratual contendo todos os dados relacionados ao Serviço Prestado.
 - 4.3.30.2. Os Serviços de Governança e gestão de Serviços serão executados através de Profissionais especializados com adoção do SDM – Service Delivery Manager, Gestor Operacional atuando na manutenção dos níveis de serviços e acompanhamento da governança do contrato dia a dia.
- 4.3.31. A CONTRATADA deverá manter atualizados junto à CONTRATANTE seus dados de contato tais como: e-mail, site da Web e telefones de central de atendimento.
- 4.3.32. A CONTRATADA terá acesso ao ambiente de T.I do CONTRATANTE, em horário comercial ou em outro horário previamente combinado, através de seus empregados ou de pessoas por ela expressamente credenciadas, observadas as normas internas do CONTRATANTE.
- 4.3.33. O CONTRATANTE enviará uma lista de pessoas autorizadas a abrirem chamados de suporte técnico e mantê-la atualizada de acordo com as mudanças no quadro de funcionários.
- 4.3.34. Projetos e demais serviços especializados, incluindo consultoria serão tratados utilizando Serviços especializados em TI sob demanda (UST's) especificado no Item 1 do Lote 1 e a partir de cronograma específico a ser acordado entre as partes.
- 4.3.35. **Os níveis de serviços serão classificados conforme Anexo IV - Classificação dos Serviços, Prazos de Atendimento e Níveis de Serviços.**
- 4.3.36. **Executar os serviços conforme Anexo II.**

4.4. Serviços de Implementação do Monitoramento e Gerenciamento:

- 4.4.1. **A implantação do serviço de monitoramento e gerenciamento deverá ser executada presencialmente na sede da Emater-MG, após implantação, o serviço de monitoramento e gerenciamento poderá ser executado remotamente.**
- 4.4.2. A CONTRATADA deverá elaborar o plano de implantação e cronograma, a ser entregue em até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato, descrevendo pelo menos:
 - 4.4.2.1. Cronograma de trabalho constando, no mínimo, as datas estimadas e os prazos

(horários e quantidade de horas) para a entrega da configuração do ambiente de monitoramento, testes de funcionamento, e implementação operacional dos processos de governança e funcionalidade da Central de atendimento e Monitoramento.

- 4.4.2.2. Nome completo e telefone de contato das pessoas envolvidas relacionada ao projeto.
- 4.4.2.3. O plano deverá ter aceite formal do representante da CONTRATANTE para que possa ser executado.
- 4.4.2.4. A CONTRATADA deverá apresentar o plano de implementação contendo os requisitos, fases operacionais e cronograma de início das atividades.
- 4.4.2.5. A CONTRATADA deverá concluir, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da aprovação por parte da CONTRATANTE do plano de implantação apresentado pela CONTRATADA, a configuração do ambiente de monitoramento, testes de funcionamento, e implementação operacional dos processos de governança e funcionalidade da Central de atendimento e Monitoramento e em conformidade com a proposta técnica apresentada.
- 4.4.2.6. Antes de findar qualquer um dos prazos fixados a CONTRATADA poderá formalizar, de forma devidamente fundamentada, pedido de sua prorrogação, cujas razões expostas serão examinadas pelo CONTRATANTE, que decidirá pela prorrogação do prazo ou aplicação das penalidades previstas.
- 4.4.2.7. Caberá à CONTRATANTE, em até 5 dias úteis, avaliar o plano de implantação e cronograma apresentado pela CONTRATADA, solicitar as revisões necessárias e/ou aprovar, se for o caso.
- 4.4.2.8. O plano de implantação e cronograma somente serão considerados como aprovados mediante emissão dos TERMOS DE ACEITE pela CONTRATANTE.
- 4.4.2.9. Após aprovação por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá providenciar em até 10(dez) dias corridos uma reunião inicial do projeto.
- 4.4.2.10. A CONTRATADA deverá designar um Gerente de Projeto certificado PMP ou certificação similar do mesmo porte na área de Gestão de Projetos para gerenciar a entrega da implementação, configuração e ativação dos serviços relacionados ao projeto.
- 4.4.2.11. A CONTRATADA poderá utilizar o cronograma sugerido na tabela a seguir, considerando que poderá haver ajustes de acordo com as necessidades da CONTRATANTE:

Etapa	Descrição	Quando Ocorrer
1	Assinatura do contrato	Após a homologação do certame.
2	Reunião para apresentação de expectativas.	Até 10 (dez) dias corridos após a publicação do extrato do contrato.
3	Entrega do plano de implantação	Até 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

4	Configuração do ambiente de monitoramento, testes de funcionamento, e implementação operacional dos processos de governança e funcionalidade da Central de atendimento e Monitoramento	Até 30 (trinta) dias corridos, contados da aprovação do plano de implementação.
---	--	---

5. Vigência do Contrato

5.1. O prazo de vigência do contrato, a contar da data da sua assinatura, será de 60 (sessenta) meses.

6. Do local para prestação de Serviços

6.1. Os serviços poderão ser prestados de forma remota (com exceção da implantação conforme definido nos itens 4.4.1 e 4.2), entretanto, mediante acordo entre as partes, diante de situações de grande criticidade, deverá ser presencial para maior efetividade na solução do problema no seguinte endereço: Av. Raja Gabaglia, 1626 - B. Gutierrez / Belo Horizonte - MG / CEP: 30.441-194.

7. Preços e Pagamento

7.1. Os serviços do Item 1 do objeto (**Serviços especializados em TI sob demanda**), serão prestados de acordo com as necessidades, análise técnica e aprovação da Emater-MG, e serão faturados somente após solicitação e aceite do serviço pela Emater-MG, **sem garantia de quantidades e durações mínimas pré-estabelecidas**.

7.2. O serviço do Item 2 do objeto (**Gerenciamento, Suporte técnico e Monitoramento das soluções, Nuvem Multicloud, Sistema operacionais, backup e Governança de T.I**), serão pagos mensalmente em parcelas iguais durante a vigência do contrato.

7.3. Os preços deverão estar indicados em moeda nacional, incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da CONTRATADA.

7.4. No preço deverão estar incluídas todas as despesas tais como: impostos, deslocamentos, hospedagem, fretes, seguros, encargos sociais e fiscais e quaisquer outras despesas ou taxas que incidirem sobre o fornecimento do serviço.

7.5. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos preços até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

7.6. O pagamento será efetuado mensalmente, no mês subsequente à prestação dos serviços, em até 15 (quinze) dias após a apresentação do documento fiscal de cobrança ao Gestor do Contrato, que será o órgão Contratante. A Nota Fiscal deverá vir acompanhada com os Relatórios de Atendimento Técnico pertinentes ao mês.

8. Obrigações da Contratada

8.1. Manter em seu quadro técnico, ao longo da vigência do contrato, ao menos, 01 (um) profissional especialistas para cada perfil com as certificações do fabricante descritas no quadro 2 abaixo, com experiência de, no mínimo, 01 (um) ano, vínculo CLT ou contrato com a CONTRATADA a serem apresentados na assinatura do contrato. A licitante durante a fase de habilitação deverá apresentar declaração do responsável pela empresa de que,

quando da assinatura do contrato, comprovará o quantitativo exigido no quadro 2 abaixo. Os certificados ou resultados dos exames de certificação, deverão ser comprovados através de sua impressão ou consulta ao site do fabricante ou da entidade certificadora. As exigências de certificações são necessárias para resguardar o interesse público dado o grau de complexidade e criticidade dos serviços objeto desta licitação.

8.2. Os itens c) e d) do quadro 2 abaixo serão opcionais para o caso de a empresa possuir ISO 20000.

Quadro 2:

Item	Área de atuação	Descrição do perfil	Certificação técnica dos profissionais	Qtd.
a)	Híbrido	Especialista em Ambientes Híbridos	AZ-900: Fundamentos do Microsoft Azure, ou superior AZ-305: Azure Solutions Architect Expert, o superior	1 1
b)	Sistemas Operacionais	Especialista em Sistemas Operacionais Microsoft	MCSA Windows Server 2012, ou superior, ou equivalente superior que vier a substituir.	1
c)	Sistemas Operacionais	Especialista em Sistemas Operacionais Linux	LPIC-2 – Linux Engineer ou LPIC-3 300	1
d)	Monitoramento	Especialista Zabbix	Zabbix 6.0 Certified ou superior	1

8.3. A CONTRATADA deverá designar um Gerente de Contrato ou Service Delivery Manager (SDM), com certificação PMP – PMI, que será o seu representante junto à CONTRATANTE, com atribuições de supervisionar a execução dos serviços e responder por qualquer assunto referente aos serviços prestados. Caberá ao Gerente de Contrato providenciar todos os relatórios referentes à prestação de contas da execução do serviço contratado e participar de reuniões de planejamento e acompanhamento de serviços. O Gerente do Contrato deve, obrigatoriamente, manter sua equipe atualizada frente a todas as informações operacionais e administrativas da CONTRATADA.

8.4. A CONTRATADA deverá comprovar através do envio de documentação/procedimentos possuir estrutura de atendimento para monitoramento remoto de ambiente on premise e em nuvem, sujeito a diligência por parte da CONTRATANTE, incluindo estrutura física para operação do serviço, equipe especializada e procedimentos documentados para o monitoramento;

8.5. A CONTRATADA deverá garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que a ela venham a ser confiados ou que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros. Para tanto, será firmado Acordo de Confidencialidade posteriormente à assinatura do Contrato;

8.6. Implementar particionamentos, replicações e consultas paralelas com orientação espacial;

- 8.7. Implementar recurso de recuperação automática de blocos em casos de corrupção;
- 8.8. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
- 8.9. Projetar, dimensionar (hardwares, softwares e recursos humanos), implantar (instalar, ativar, configurar e ajustar), operacionalizar, gerenciar e manter todos os itens utilizados na prestação de todos os serviços contratados;
- 8.10. Implementar, monitorar e manter soluções em nuvem, incluindo os principais serviços relacionados à computação, armazenamento, rede e segurança;
- 8.11. Analisar e definir os cenários de computação em nuvem apropriados, executar os procedimentos de configuração, migração/implantação, testes, colocação em produção e acompanhamento/monitoramento do serviço em produção;
- 8.12. Disponibilizar à CONTRATANTE um atendimento diferenciado através de consultoria especializada e central de atendimento em horário comercial, de segunda a sexta, de 08:00 as 17:00, com atendimento personalizado específico;
- 8.13. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;
- 8.14. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar todos os esclarecimentos julgados necessários;
- 8.15. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Eletrônico;
- 8.16. Não veicular em nenhuma hipótese, publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 8.17. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, atendendo às reclamações formuladas;
- 8.18. Atender prontamente às convocações de reuniões presenciais ou remotas para tratar de eventuais melhorias na prestação dos serviços objeto desta contratação, assim como para acompanhamento das solicitações da CONTRATANTE;
- 8.19. Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, da ocorrência de interrupções temporárias, totais ou parciais dos serviços programados pela CONTRATADA para efetuar manutenções ou reparos de ordem técnica;
- 8.20. Disponibilizar uma ferramenta web de registro e acompanhamento de chamados;
- 8.21. Sustentar e monitorar todos os ambientes de rede local e nuvem.

9. Obrigações da Contratante

- 9.1. Fiscalizar a execução dos serviços de responsabilidade da CONTRATADA, através da Emater-MG – Emater-MG, aplicando as sanções administrativas quando cabíveis, assegurado à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório;
- 9.2. Rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento de serviços em desacordo com o apresentado no **Anexo III** (Modelo de Proposta de Preços);
- 9.3. Verificar e aceitar as faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas, ficando suspenso o pagamento da parcela impugnada, sendo pago o valor da parte incontroversa, na forma a regulamentação em vigor;
- 9.4. Apresentar a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos

omissos;

- 9.5. Aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução deste Contrato;
- 9.6. Cumprir pontualmente com todas as obrigações financeiras para com a CONTRATADA;
- 9.7. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- 9.8. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
- 9.9. Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 9.10. Realizar diligência às dependências da CONTRATADA para comprovar o cumprimento ou não das exigências do Contrato.

10. Sigilo de Informações Cadastrais

- 10.1. Todas as informações relativas à CONTRATANTE e constantes do cadastro da CONTRATADA deverão ser tratadas como confidenciais e somente poderão ser fornecidas quando solicitadas:
 - Pela CONTRATANTE;
 - Em decorrência de determinação judicial.
- 10.2. Os conhecimentos, dados e informações de propriedade do Município, relativos a aspectos econômico financeiros, tecnológicos e administrativos, tais como produtos, sistemas, técnicas, estratégias, métodos de operação e todos e quaisquer outros, repassados por força do objeto do presente Termo de Referência, constituem informação privilegiada e como tal, tem caráter de confidencialidade, só podendo ser utilizados, exclusivamente, no cumprimento e execução das condições estabelecidas neste Contrato, sendo expressamente vedado à CONTRATADA:
 - Utilizá-los para fins outros, não previstos neste Instrumento;
 - Repassá-los a terceiros e empregados não vinculados diretamente ao objeto proposto.

11. Documentação para Habilitação Técnica

- 11.1. Deverá ser apresentado no mínimo um atestado de capacidade, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento dos serviços de suporte técnico nas especialidades elencadas no item 3 e no item 4, compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação, indicando que eles foram prestados satisfatoriamente, não havendo nada que desabone a LICITANTE. Deverão comprovar os seguintes serviços: Serviços de suporte técnico e gerenciamento de sistemas operacionais, soluções de backup, infraestrutura lógica de rede, monitoramento, administração de ambientes computacionais locais e nuvem pública deste Projeto Básico;
- 11.2. Não serão aceitos atestados e contratos emitidos pela LICITANTE ou por empresa do mesmo grupo empresarial e/ou emitidos por empresas das quais participem sócios ou diretores da empresa LICITANTE;
- 11.3. Será facultado à comissão ou à autoridade superior promover diligências destinadas a verificar quaisquer dos documentos apresentados para fins de habilitação técnica;

12. Condições Gerais

- 12.1.** No ato da assinatura do Contrato, será exigido documento que comprove o vínculo dos profissionais indicados com a CONTRATADA. Este vínculo poderá ser carteira de trabalho (CLT) ou comprovação de contrato assinados entre as partes para devida prestação de serviços;
- 12.2.** Será de responsabilidade da EMATER a elaboração de Contratos e Termos Aditivos em todas as fases, de concepção à concretização;
- 12.3.** Em caso de cisão, fusão ou incorporação da CONTRATADA, deverá ser assegurada a continuidade do objeto descrito no presente Projeto Básico;
- 12.4.** Será declarada vencedora a LICITANTE que apresentar proposta com menor valor global.

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais Assessoria em Gestão de Tecnologia da Informação
---	---

Anexo I

Item 01 – Serviços especializados em TI sob demanda

1. OS serviços especializados sob demanda serão executados mediante a OS – Ordens de Serviços, considerando demandas solicitadas pela CONTRATANTE, incluindo, mas não limitadas as atividades a seguir:
- 1.1. Consultoria em projetos de Tecnologia da Informação voltados para infraestrutura e soluções de T.I;
 - 1.2. Implantação de novos projetos e soluções tecnológicas voltados para infraestrutura e soluções de T.I;
 - 1.3. Planejamento e migração das bases de dados existentes;
 - 1.4. Planejamento e execução de políticas de segurança, principalmente no que se refere ao Controle de Acesso;
 - 1.5. Projetos relacionados a vulnerabilidades no ambiente de infraestrutura;
 - 1.6. Elaboração de Projeto da arquitetura dos serviços de computação em nuvem solicitados;
 - 1.7. Migração de cargas de trabalho e ambientes existentes para nuvem;
 - 1.8. Atualização de sistemas operacionais existentes baseados em ambiente Windows Server;
 - 1.9. Gestão e implementação de soluções de backup adquiridos pelo Emater-MG;
 - 1.10. Elaboração e execução de políticas de backup e recuperação, plano de retenção, segurança e validação de backup;
2. Para exemplificar podemos citar as atividades abaixo, não se restringindo a estas:
- 2.1. Instalação e configuração de novos servidores;
 - 2.2. Instalação e configuração de software em novos hardwares;

- 2.3. Implementação de ambiente de DR (Disaster Recovey), e RAC (Real Application Cluster);
- 2.4. Pre-Sizing de recursos necessários para novas instalações ou aumento de capacidade;
- 2.5. Instalar, configurar e migrar bases de dados;
- 2.6. Implementação de dashboards, panels, views e reports de monitoramento da infraestrutura;
- 2.7. Elaborar rotinas de provisionamento e cargas de dados on premise e na cloud.
- 2.8. Serviços de consultoria para novos projetos de infraestrutura;
- 2.9. Todas as demandas de serviços de infraestrutura de TI, On-premise, Cloud, Redes, Segurança, Backup.

Anexo 2

Item 02 - Gerenciamento, Suporte técnico e Monitoramento das soluções, Banco de Dados, Nuvem Multicloud, Sistema operacionais, backup e Governança de T.I.

1. A sustentação e suporte técnico terá como objetivo a execução de, no mínimo, as seguintes tarefas relacionadas ao escopo de serviços:

- 1.1. Gestão e Manutenção aos Bancos de Dados, Firebird, PostgreSQL, MySQL;
- 1.2. Administração de servidores Windows e Linux e Sistemas de Virtualização Hyper-V;
- 1.3. Administração da suíte Microsoft System Center;
- 1.4. Administração do ambiente em Nuvem Pública Microsoft Azure;
- 1.5. Administração e configuração de serviços Active Directors, File Servers, GPO, WSUS e Remote APP, DNS, DHCP, Serviços de Área de Trabalho Remota (RDWeb);
- 1.6. Administração de backup's em nuvem e on-premises;
- 1.7. Administração de infraestrutura de redes lógica;
- 1.8. Esclarecimentos de dúvidas sobre instalação, configuração, manutenção, otimização, segurança e utilização;
- 1.9. Instalação de pacotes de atualização de sistemas e aplicativos baseados em tecnologia Microsoft;
- 1.10. Implementação de melhores práticas no de sistemas operativos, backup;
- 1.11. Definição de checklists para acompanhamento dos ambientes;
- 1.12. Gerenciamento de identidades e administração de serviços de autenticação e autorização;
- 1.13. Suporte aos sistemas operacionais Windows, Linux e serviços como controlador de domínio, gestão de Grupos do AD, aplicação de políticas de acesso GPO;
- 1.14. Suporte, auditoria e implantação de melhorias nos serviços de File Server e DNS, DHCP
- 1.15. Gestão de serviços em nuvem;
- 1.16. Provisionamento, implementação, configuração, atualização, otimização e documentação dos serviços de computação em nuvem;
- 1.17. Atualização de firmware e patches corretivos para equipamentos de rede;

2. Computação Em Nuvem:

- 2.1. Gerenciamento da console do provedor de nuvem;
- 2.2. Otimização de recursos computacionais;
- 2.3. Provisionamento de novos recursos para o ambiente contratados pelo Emater-MG;
- 2.4. Configuração de instância de máquina virtual;
- 2.5. Instalação e atualização do sistema operacional;
- 2.6. Configurações de redes;
- 2.7. Configuração de conectividade VPN site-to-site e client-to-site;

- 2.8. Configuração de escalabilidade automática (auto scaling) funcionalidade de escalabilidade automática em solução no provedor;
- 2.9. Configuração de gestão de identidade, permissões e acessos – Gerenciar usuários, grupos, permissões e acessos dos usuários e papéis utilizados no uso e administração da infraestrutura em nuvem, com autenticação baseada em chaves criptografadas ou tokens de autenticação e autorizações baseadas em políticas de autorização de ações sobre os recursos;
- 2.10. Monitoramento de indicadores/métricas dos serviços da infraestrutura com geração de alertas;
- 2.11. Administração de controles de bilhetagem baseados em cotas por segregação de infraestrutura (compartiments) ou etiquetagem de recursos (Tag based cost);
- 2.12. Manutenção e controle de acesso das VMs convidadas e sistemas operacionais associados;
- 2.13. Auditoria e Análise de Logs;
- 2.14. Documentação inventário dos recursos e serviços em Nuvem.

3. Sistemas Operacionais Servidores:

- 3.1. Atualização de patches e versões de sistemas operacionais Windows e Linux;
- 3.2. Verificação e correção de serviços nativos dos sistemas operacionais Windows e Linux;
- 3.3. Verificação de recursos de hardware “processamento, memória, disco, dispositivos de rede e consumo nos sistemas operacionais;
- 3.4. Administrar grupos e usuários do AD;
- 3.5. Configuração de rede (DHCP, DNS), File Sharing Services (NFS, Samba, FTP, OpenSSH), Directory and Authentication Services (NIS, LDAP, Winbind, Kerberos);
- 3.6. Usar o Logical Volume Manager (LVM);
- 3.7. Administrar a segurança (SELinux, iptables, chroot, TCP wrappers);
- 3.8. Configurar recursos de gerenciamento dos servidores;
- 3.9. Configurar o sistema operacional – nível de virtualização com Linux Containers (LXC);
- 3.10. Documentação inventário dos servidores e sistemas operacionais.

4. Serviços De Backup

- 4.1. Gerenciar a atual solução de backup da Emater-MG (System Center - DPM);
- 4.2. Implementar e gerenciar rotina de backup de sistemas operacionais e dados;
- 4.3. Implementar e gerenciar backup de bancos de dados;
- 4.4. Implementar rotina de backup no provedor de nuvem;
- 4.5. Desenvolver a estratégia de auditoria e retenção de backup
- 4.6. Estabelecer o gerenciamento de configurações, e controle de limites de acesso aos dados;
- 4.7. Executar a definição de execuções programadas (scheduling) de backup e recovery, auditoria e segurança;
- 4.8. Executar a definição de tarefas de monitoramento de acesso para níveis de dados, estatísticas de uso, métricas de cálculo, dentre outras;
- 4.9. Avaliar e revisar os recursos de storage para backup;
- 4.10. Documentação da solução de backup e recursos de hardware e nuvem disponíveis.

5. Serviços de Armazenamento de Dados

- 5.1. Gerenciar a atual solução de armazenamento
- 5.2. Gerenciar a capacidade de armazenamento
- 5.3. Atualizar as controladoras
- 5.4. Analisar a comunicação com cluster
- 5.5. Gerenciar a latência
- 5.6. Gerenciar o processamento
- 5.7. Gerenciar a performance

6. Monitoramento Dos Ambientes

- 6.1. Monitoramento proativo e preventivo dos ambientes on premise e cloud 24x7, utilizando soluções customizável para cada serviço e ambiente abaixo:

ITENS	QTDE ESTIMADA
Banco De Dados (Postgre, Oracle, Firebird)	2 de cada
Infraestrutura De Rede (switches, nobreaks)	50
Backup (SCDPM)	2
Computação Em Nuvem	2 contas
Sistema Operacional (Windows Server e Linux)	50 servidores
Armazenamento de dados (Storage)	2 equipamentos

- 6.2. Deverão ser fornecidos relatórios periódicos com indicadores e estatísticas de utilização dos recursos (desempenho, capacidade e disponibilidade). O monitoramento poderá ser realizado também através de agentes sempre que possível.
- 6.3. O monitoramento proativo objetiva:
 - 6.3.1. Garantir a disponibilidade e o desempenho dos ambientes on premise e na nuvem;
 - 6.3.2. Detectar e corrigir anomalias antes que eles possam afetar o negócio;
 - 6.3.3. Obter visibilidade para identificar gargalos e subutilização de recursos disponíveis;
 - 6.3.4. Prevenção de ameaças digitais mantendo a segurança do ambiente de tecnológico.
- 6.4. Relação dos principais itens a serem monitorados por tecnologia:
 - 6.4.1. Banco de Dados (quando permitido pelo SGBD)
 - 6.4.1.1. Métricas, Performance
 - 6.4.1.2. Desempenho
 - 6.4.1.3. Conflitos e Locks
 - 6.4.1.4. Armazenamento
 - 6.4.1.5. Problemas de configuração
 - 6.4.1.6. Segurança
 - 6.4.1.7. Erros
 - 6.4.1.8. Alta Disponibilidade
 - 6.4.1.9. Backups
 - 6.4.1.10. Eventos de espera
 - 6.4.1.11. Memória
 - 6.4.1.12. Objetos
 - 6.4.1.13. Redo Logs
 - 6.4.1.14. Segmentos de Roolback
 - 6.4.1.15. Sessões

- 6.4.1.16. Tablespace
- 6.4.1.17. Transações
- 6.4.1.18. Alert Log
- 6.4.1.19. ASM - Automatic Storage Management
- 6.4.1.20. Crescimento de banco
- 6.4.1.21. Status dos bancos de dados
- 6.4.2. Infraestrutura de Rede
 - 6.4.2.1. Switch
 - 6.4.2.2. Roteadores
 - 6.4.2.3. Firewall
 - 6.4.2.4. Storage
 - 6.4.2.5. Nobreak
 - 6.4.2.6. Links
 - 6.4.2.7. Interface de rede Servidores
- 6.4.3. Backup
 - 6.4.3.1. Serviços da solução de backup
 - 6.4.3.2. Backups dos provedores de Nuvem
 - 6.4.3.3. Desempenho
 - 6.4.3.4. Problemas de diagnóstico
 - 6.4.3.5. Integridade do Backup
- 6.4.4. Recursos de nuvem
 - 6.4.4.1. CPU
 - 6.4.4.2. Memória
 - 6.4.4.3. Instâncias de computação
 - 6.4.4.4. Volumes em blocos
 - 6.4.4.5. Placas de interface de rede virtual (NICs)
 - 6.4.4.6. Balanceadores de carga
 - 6.4.4.7. Containers (buckets) de armazenamento de objetos
- 6.4.5. Sistema Operacional
 - 6.4.5.1. Processamento
 - 6.4.5.2. Serviços do sistema operacional
 - 6.4.5.3. Swap
 - 6.4.5.4. Atualizações
 - 6.4.5.5. Uptime
 - 6.4.5.6. Comunicação
- 6.4.6. Armazenamento de dados (Storage)
 - 6.4.6.1. Capacidade de armazenamento
 - 6.4.6.2. Atualizações controladoras
 - 6.4.6.3. Comunicação com cluster
 - 6.4.6.4. Latência
 - 6.4.6.5. Processamento
 - 6.4.6.6. Performance

7. Obrigações Da Empresa Contratada

A empresa CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, atender aos seguintes requisitos para

prestação dos serviços escopo deste contrato:

- 7.1. Possuir infraestrutura técnica para estabelecer VPN site-to-site com o Emater-MG ou demais órgãos autorizados pela EMATER;
- 7.2. Atender aos processos de governança da EMATER, utilizando ferramenta provida pelo Emater-MG ou pela CONTRATADA para o atendimento e registro de chamados/incidentes, solicitações, mudanças e análise de causa raiz;
- 7.3. Cumprir com os requisitos de segurança da informação e acesso definidos e especificados pelo Emater-MG;
- 7.4. Apresentar a política de segurança da informação demonstrando o cuidado na proteção tanto do ambiente da CONTRATADA quanto do ambiente da CONTRATANTE.

8. Obrigações Da Contratante

A empresa CONTRATANTE deverá, obrigatoriamente, atender aos seguintes requisitos para que a CONTRATADA possa realizar a prestação dos serviços escopo deste contrato:

- 8.1. Prover infraestrutura necessária para o estabelecimento de VPN site-to-site com a CONTRATADA;
- 8.2. Prover acesso à ferramenta de governança para a CONTRATADA;
- 8.3. Prover acesso aos softwares, servidores de acesso, *appliances* e demais equipamentos necessários à prestação de serviços escopo do contrato.

Anexo III - Classificação dos Serviços, Prazos de Atendimento e Níveis de Serviços

1. Classificação dos Serviços

Os serviços poderão ser classificados em: normal, urgente ou crítico. Para atribuição de prioridades e indicadores de atendimento, deverão ser definidos 05 (cinco) tipos de chamados classificados de acordo com a natureza do serviço:

- 1.1. **Incidente Crítico:** serão classificados como incidentes críticos, os chamados de suporte que necessitam de um diagnóstico imediato para restabelecer serviço de TI que esteja parado;
- 1.2. **Incidente Urgente:** serão classificados como incidentes urgentes, os chamados de suporte que necessitam de um diagnóstico breve, para restabelecer serviço de TI que não esteja operando corretamente, apresente problema de desempenho ou esteja sob risco de parada;
- 1.3. **Incidente Normal:** serão classificados como incidentes normais, os chamados de suporte para esclarecimento de dúvidas, configurações do ambiente e resolução de problemas de baixo risco;
- 1.4. **Solicitação Normal:** serão classificados como solicitações normais, os chamados destinados à elaboração de diagnóstico, avaliação e *tunning* de ambiente, resolução de problemas, customização de funcionalidades, documentação de procedimentos, implementação de procedimentos de evolução de versão de produto e aplicação de melhorias e correções (Exemplos: extrair um log de uma determinada ferramenta, reativar um processo BPM, esclarecimentos gerais sobre os conceitos aplicados na solução, dentre outros);
- 1.5. **Solicitação Planejada:** serão classificados como solicitações planejadas, os chamados

para manutenção, implementação e desenvolvimento de soluções utilizando as ferramentas Oracle disponíveis no Emater-MG.

2. Prazos de Atendimento

Os prazos de atendimento obedecerão aos seguintes critérios:

Prazo de Atendimento				
Tipo de Chamado	Descrição	Tempo de Atendimento		
		TMIA	TMSO	TMSD
Incidente Crítico	Chamados de suporte que necessitam de um diagnóstico imediato para restabelecer serviço de TI que esteja parado	1h	4h	24h
Incidente Urgente	Chamados de suporte que necessitam de um diagnóstico breve, para restabelecer serviço de TI que não esteja operando corretamente, apresente problema de desempenho ou esteja sob risco de parada	2h	8h	48h
Incidente Normal	Chamados de suporte para esclarecimento de dúvidas, configurações do ambiente e resolução de problemas de baixo risco	3h	16h	72h
Solicitação Normal	Chamados destinados à elaboração de diagnóstico, avaliação e <i>tunning</i> de ambiente, resolução de problemas, customização de funcionalidades, documentação de procedimentos, implementação de procedimentos de evolução de versão de produto e aplicação de melhorias e correções	4h	24h	120h
Solicitação Planejada	Chamados para manutenção, implementação e desenvolvimento de soluções utilizando as ferramentas Oracle disponíveis na Emater-MG/Emater-MG.	-	-	-

TMIA: Tempo máximo para início do atendimento.

TMSO: Tempo máximo para solução operacional - Solução de contorno.

TMSD: Tempo máximo para a solução definitiva do incidente.

3. Níveis de Serviços

Níveis de serviços são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos com a finalidade de aferir e avaliar fatores como qualidade, desempenho e disponibilidade dos serviços. Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores relacionados à severidade e ao estado dos chamados, para os quais foram estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pelo CONTRATADO e pelo CONTRATANTE, conforme tabelas adiante.

Nº	Indicador	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Meta exigida
----	-----------	--------------------	-------------------	--------------

1	Tempo de início de atendimento a incidente crítico	Data/hora do início do atendimento do chamado – Data/hora da abertura do chamado	horas corridas	≤ 1
2	Tempo de solução de contorno a incidente crítico	Data/hora do início da solução de contorno – Data/hora do fim da solução de contorno	horas corridas	≤ 4
3	Tempo de solução definitiva a incidente crítico	Data/hora do início do atendimento do chamado – Data/hora do final do atendimento	horas corridas	≤ 24
4	Tempo de início de atendimento a incidente urgente	Data/hora do início do atendimento do chamado – Data/hora da abertura do chamado	horas corridas	≤ 2
5	Tempo de solução de contorno a incidente urgente	Data/hora do início da solução de contorno – Data/hora do fim da solução de contorno	horas corridas	≤ 8
6	Tempo de solução definitiva a incidente urgente	Data/hora do início do atendimento do chamado – Data/hora do final do atendimento	horas corridas	≤ 48
7	Tempo de início de atendimento a incidente normal	Data/hora do início do atendimento do chamado – Data/hora da abertura do chamado	horas úteis	≤ 3
8	Tempo de solução de contorno a incidente normal	Data/hora do início da solução de contorno – Data/hora do fim da solução de contorno	horas úteis	≤ 16
9	Tempo de solução definitiva a incidente normal	Data do início do atendimento do chamado – Data do final do atendimento	horas úteis	≤ 72
10	Tempo de início de atendimento a solicitação normal	Data da entrega da OS – Data do início do atendimento da OS	Horas úteis	≤ 4
11	Tempo de solução definitiva a solicitação normal	Data da entrega da OS – Data/hora do fim do atendimento da OS	horas úteis	≤ 120
12	Taxa de rejeição de serviços	$\sum$ (Número de rejeições de chamados entregues no período) / $\sum$ (Número de chamados do período)	valor	$\leq 0,2$

13	Tempo de aceite pela CONTRATANTE	Data do aceite do chamado – Data da entrega do chamado	dias úteis	<= 3
----	----------------------------------	---	---------------	------

- 3.1. Cálculo de “horas corridas” é realizado com base na diferença entre a data/hora final e a data/hora inicial da contagem de prazo, considerando todo o período transcorrido entre as datas, incluindo horários noturnos, sábados, domingos, feriados e pontos facultativos;
- 3.2. Cálculo de “horas úteis” é realizado com base na diferença entre a data/hora final e a data/hora inicial da contagem de prazo, considerando apenas os períodos compreendidos no horário normal de funcionamento da Emater-MG, ou seja, dias úteis, das 8 às 18 horas;
- 3.3. Cálculo de “dias úteis” é realizado com base na diferença entre a data final e a data inicial da contagem de prazo, considerando apenas os dias úteis de funcionamento da Emater-MG. São excluídos da contagem sábados, domingos, feriados e pontos facultativos;
- 3.4. “data/hora da abertura do chamado” é a data/hora de criação do chamado no sistema de gestão de chamados, ou, no caso de indisponibilidade do sistema, a data/hora da ligação telefônica;
- 3.5. “data/hora do início do atendimento do chamado” é a data/hora de início efetivo dos serviços para solução do chamado, registrada pelo sistema de gestão de chamados;
- 3.6. “data/hora do início da solução de contorno” é a data/hora de início efetivo dos serviços para solução de contorno, registrada pelo sistema de gestão de chamados;
- 3.7. “data/hora do final do atendimento” é a data/hora de conclusão dos serviços e entrega do chamado para aceite pela CONTRATANTE, registrada no sistema de gestão de chamados;
- 3.8. “data do término acordada na OS” é a data de término dos serviços prevista na OS;
- 3.9. “data do aceite do chamado” é a data em que o chamado foi homologado pela CONTRATANTE, registrada no sistema de gestão de chamados;
- 3.10. “data da entrega do chamado” é a data de conclusão dos serviços e entrega do chamado para aceite do CONTRATANTE, registrada no sistema de gestão de chamados;
- 3.11. “Número de rejeições de chamados entregues no período” corresponde à quantidade de chamados rejeitados pela CONTRATANTE no período;
- 3.12. “Número de chamados no período” corresponde à quantidade de chamados abertos pela CONTRATANTE no período;
- 3.13. Períodos de suspensão de atendimento autorizados pela CONTRATANTE não serão computados dentro dos tempos calculados;
- 3.14. Os indicadores de nível de serviço serão calculados com base nos chamados a serem faturados por período.

Sempre que houver quebra dos níveis de serviço aqui especificados, a CONTRATANTE poderá emitir ofício de notificação ao CONTRATADO, que terá prazo máximo de cinco dias úteis para apresentar as justificativas para as falhas verificadas. Caso não haja manifestação do CONTRATADO dentro desse prazo ou caso a CONTRATANTE entenda ser improcedentes as justificativas, será iniciado processo de aplicação das sanções previstas.

4. Definições Gerais

- 4.1. O Tempo Máximo para Início de Atendimento (TMIA) será contabilizado a partir do registro

do chamado, de maneira contínua, ou seja, sem interrupções, exceto se estas forem provocadas pela CONTRATANTE;

- 4.2. A solução operacional do problema, Tempo Máximo para a Solução Operacional (TMSO), que originou o chamado técnico deverá ser contabilizado a partir do momento da abertura do chamado, de forma contínua. Entende-se por solução operacional a disponibilização provisória do sistema/serviço, viabilizada mediante recursos paliativos ou temporários;
- 4.3. A solução definitiva do problema que originou o chamado técnico, Tempo Máximo para a Solução Definitiva (TMSD), deverá ser contabilizado, de forma contínua, a partir da abertura do chamado;
- 4.4. A não observância dos tempos máximos de solução dos chamados estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço (SLA) configura descumprimento de condição essencial da contratação e enseja aplicação de penalidade;
- 4.5. Poderá haver suspensão de contagem de prazos para chamados que necessitem de providência por parte do fabricante, desde que o CONTRATADO comprove que efetuou todos os esforços necessários junto ao fabricante para a solução das pendências. Uma vez que o CONTRATADO é responsável pela abertura e acompanhamento de chamados junto ao fabricante, ele deve efetuar as gestões necessárias para priorizar, reclassificar ou escalonar o chamado, de modo a resolver o problema no menor tempo possível. A suspensão ocorrerá apenas quando for realmente necessária a atuação do fabricante e for configurada situação em que o CONTRATADO não tem mais condições de atuação, após executados todos os procedimentos e verificações documentadas em manuais e sites do fabricante, isto é, quando estiver caracterizada falha no software ou em sua documentação.
- 4.6. O prazo de solução dos chamados poderá ser prorrogado, a critério exclusivo da CONTRATANTE, caso o CONTRATADO apresente, tempestivamente, razões de justificativa que comprovem a ocorrência de fatos que fogem ao controle do CONTRATADO e impedem a solução do chamado no tempo estabelecido. No caso de chamados de severidade 4 (ordens de serviço) as justificativas devem ser apresentadas por meio de relatório de impacto.
- 4.7. Os chamados poderão ser cancelados, a critério exclusivo da CONTRATANTE, mediante prévia justificativa. As horas trabalhadas deverão ser computadas para fins de faturamento, desde que o motivo de cancelamento não envolva incapacidade do CONTRATADO na resolução do problema nos tempos estabelecidos.
- 4.8. Após a conclusão e entrega do serviço, o CONTRATADO deverá comunicar à CONTRATANTE, o que significa que os serviços foram integralmente executados e encontram-se disponíveis para aceite pela CONTRATANTE.
- 4.9. Caso os serviços tenham sido adequadamente prestados, o chamado será aceito pela CONTRATANTE. Para indicar que o serviço foi concluído, a CONTRATANTE comunicará, em seguida, à CONTRATADA.
- 4.10. Caso o chamado não tenha sido atendido adequadamente, os motivos da rejeição do

serviço serão registrados e comunicados à CONTRATADA e o chamado reaberto.

5. Sanções Previstas

5.1. O Tempo Máximo para Início de Atendimento (TMIA) será contabilizado a partir do registro do chamado, de maneira contínua, ou seja, sem interrupções, exceto se estas forem provocadas pela CONTRATANTE.

Nº do Indicador	Indicador	Multa
1	Tempo de início de atendimento a incidente crítico	equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da hora de suporte técnico, por hora ou fração que exceda à meta estabelecida para o indicador, por chamado, limitada ao valor total do chamado
2	Tempo de solução de contorno a incidente crítico	equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da hora de suporte técnico, por hora ou fração que exceda à meta estabelecida para o indicador, por chamado, limitada ao valor total do chamado
3	Tempo de solução definitiva a incidente crítico	equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da hora de suporte técnico, por hora ou fração que exceda à meta estabelecida para o indicador, por chamado, limitada ao valor total do chamado
4	Tempo de início de atendimento a incidente urgente	equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da hora de suporte técnico, por hora ou fração que exceda à meta estabelecida para o indicador, por chamado, limitada ao valor total do chamado
5	Tempo de solução de contorno a incidente urgente	equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da hora de suporte técnico, por hora ou fração que exceda à meta estabelecida para o indicador, por chamado, limitada ao valor total do chamado
6	Tempo de solução definitiva a incidente urgente	equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da hora de suporte técnico, por hora ou fração que exceda à meta estabelecida para o indicador, por chamado, limitada ao valor total do chamado
7	Tempo de início de atendimento a incidente normal	equivalente a 10% (dez por cento) do valor da hora de suporte técnico, por hora ou fração que exceda à meta estabelecida para o indicador, por chamado, limitada ao valor total do chamado
8	Tempo de solução de contorno a incidente normal	equivalente a 10% (dez por cento) do valor da hora de suporte técnico, por hora ou fração que exceda à meta estabelecida para o indicador, por chamado, limitada ao valor total do chamado

9	Tempo de solução definitiva a incidente normal	equivalente a 10% (dez por cento) do valor da hora de suporte técnico, por hora ou fração que exceda à meta estabelecida para o indicador, por chamado, limitada ao valor total do chamado
10	Tempo de início de atendimento a solicitação normal	equivalente ao valor da hora de suporte técnico, por dia que exceda à meta estabelecida para o indicador de nível de serviço, por chamado, limitada ao valor total da ordem de serviço
11	Tempo de solução definitiva a solicitação normal	equivalente ao valor da hora de suporte técnico, por dia que exceda à meta estabelecida para o indicador de nível de serviço, por chamado, limitada ao valor total da ordem de serviço
12	Taxa de rejeição de serviços	equivalente ao valor da hora de suporte técnico, por evento de rejeição de chamado entregue, caso a meta estabelecida pelo indicador seja excedida no período.

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(a ser preenchida em papel timbrado da proponente)

PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____ PROCESSO SEI Nº: ____/____

Dados a constar na proposta

Preenchimento pelo proponente

Razão Social

CNPJ

Endereço

Telefone

E-mail

Nome do Representante Legal

Estado civil do Representante Legal

Identidade do Representante Legal

Nacionalidade do Representante Legal

CPF do Representante Legal

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

LOTE 1:

Item	Descrição	Métrica	Qtde	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Para 12 Meses (R\$)	Valor Total Para 60 Meses (R\$)
01	Serviços especializados em TI sob demanda.	UST	20.000			
02	Gerenciamento, Suporte técnico e Monitoramento das soluções, Nuvem Multicloud, Sistema operacionais, backup e Segurança dos dados	Mensal	Mensal			
	Total R\$:					

1. DA PROPOSTA COMERCIAL:

- 1.1 - A proposta comercial deverá conter as seguintes informações, de acordo com o Projeto básico.
- a. Descrição completa do objeto proposto;
 - b. Valor unitário e total do objeto em real (R\$), incluídos todos os custos operacionais, todos os impostos e todas as despesas, tais como instalação, fretes, seguros, encargos sociais e fiscais e quaisquer outras despesas ou taxas que incidam, direta ou indiretamente, sobre a execução do objeto;
 - c. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias
 - d. Prazo de execução do objeto não superior a 20(vinte) dias, contados da solicitação feita pela Emater-MG.
 - e. O prazo de garantia e assistência técnica do objeto é de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação aparentes ou ocultos, a contar da data de recebimento constante na nota fiscal de serviços eletrônica ou documento fiscal aceito pela legislação vigente, de acordo com o serviço prestado.
- 1.2 – Após a disputa, o licitante vencedor deverá encaminhar a proposta comercial em papel timbrado da empresa, com todos os dados solicitados no item 1.1 deste Anexo e em conformidade com o item 4 e subitem 11.3, ambos do Edital.
- 1.2.1 – Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, o respectivo instrumento de procuração deverá ser encaminhado acompanhado de tais documentos.
- 1.2.2 - O descumprimento dos prazos previstos nos subitens 11.3 e 11.4.3, do Edital, implicará em desclassificação do licitante.

ANEXO IV

=====

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO

1.1 – Os documentos enumerados neste Anexo, em conformidade com os arts. 51 a 55, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, deverão ser apresentados na forma do item 12 do Edital, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

1.2 - Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade.

1.3 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

1.4 – Para fins de comprovação das assinaturas apostas na proposta comercial, nas declarações constantes do Anexo V, no contrato, etc., será(ão) necessária(os) a apresentação de(os) documento(s) de identificação com foto dos respectivos emissores, salvo em caso de assinatura eletrônica.

1.5 – Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(eis) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

2.1 - Se pessoa natural ou empresário individual:

- a) Documento de identidade com assinatura;
- b) Comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Registro Comercial), no caso de empresário individual, podendo ser exigida a comprovação atualizada da vigência deste documento;
- c) Cópia do passaporte com visto que permita atuar profissionalmente no Brasil, no caso de estrangeiro.
- d) No caso de produtor rural (Pessoa Física): Cópia da cédula de identidade.

2.2 - Se pessoa jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou certidão simplificada e atual expedida pela Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores, podendo ser exigida a comprovação atualizada da vigência deste documento;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- c) Documento de eleição dos administradores, procuração ou ata de assembleia que outorgou poderes ao(s) representante(s), em caso dessa atribuição e dos dados pessoais do(s) representante(s) não constarem do estatuto ou contrato social;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

3. REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Física – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de Regularidade perante a Seguridade Social – INSS, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- c) Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, exceto nos casos que o licitante/contratado não tiver empregado(s), hipótese em que será exigida declaração acerca de tal situação;

d) Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual sede do licitante/contratado, por meio de Certidão Negativa de Débitos, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda.

3.1 – A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das respectivas certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativas.

3.2 - A comprovação da regularidade fiscal, e também trabalhista em se tratando de serviço terceirizado com dedicação exclusiva de mão de obra, das microempresas e das empresas de pequeno porte e as demais pessoas a elas equiparadas, na forma e nos termos da Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e da Lei n.º 20.826, de 31 de julho de 2013, bem como das sociedades cooperativas, nos termos do art. 34 da Lei Federal n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, será exigida nos termos do disposto no art. 6º do Decreto n.º 47.437, de 26 de junho de 2018.

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 – Certidão Negativa de Falência ou recuperação judicial da empresa expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida no domicílio da pessoa física, com data de emissão de no máximo 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

4.2 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa ou balanço de abertura, no caso de empresa recém-constituída, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. Entende-se por apresentados na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente datadas e assinadas pelo responsável da empresa, e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

4.2.1 – A composição da boa situação financeira da empresa será verificada por meio do cálculo do índice contábil da empresa a ser entregue, considerando-se habilitado o licitante que apresentar os Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a 01 (um), extraídos das seguintes fórmulas:

ATIVO CIRCULANTE + ATIVO NÃO CIRCULANTE

LG = -----

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

ATIVO TOTAL

SG = -----

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

ATIVO CIRCULANTE

LC = -----

PASSIVO CIRCULANTE

4.2.2 – O licitante poderá apresentar o cálculo indicado, com a identificação e assinatura do responsável pelo cálculo, junto com a documentação informada no subitem 4.2. O Setor de Contabilidade da Emater-MG será responsável pela verificação e/ou conferência dos índices contábeis da licitante.

4.2.3 – Nas situações em que a empresa licitante atinja apenas um dos índices exigidos no subitem 4.2.1, deverá comprovar, de forma alternativa, a existência de patrimônio líquido correspondente a, no mínimo, 10% do valor

da contratação.

4.2.4 – O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão ser apresentados em cópias autenticadas das folhas do livro diário em que se encontram transcritos, acompanhados de cópias autenticadas dos termos de abertura e encerramento dos respectivos livros, ou por publicações em jornais de grande circulação ou diário oficial, quando se tratar de Sociedade Anônima. As pessoas jurídicas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital – ECD, bem como as sociedades empresárias que facultativamente aderiram ao Sistema, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, poderão apresentar a ECD para os fins previstos no subitem 4.2.

4.2.5 – As microempresas e as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais, assim como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07, estão dispensadas do balanço patrimonial apenas para fins fiscais. No caso de licitação é OBRIGATÓRIA sua apresentação, dispensando-se apenas a publicação e a sua transcrição no livro diário.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 – Comprovação de que o licitante/contratado prestou serviços de natureza semelhante ou compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, estabelecidas no Edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de atestado(s) de desempenho anterior, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente identificadas (nº CNPJ, endereço, etc) e assinado(s) pelo seu representante legal, não sendo admitido atestados emitidos pela própria contratante e nem pela licitante/contratada. (de acordo com o Projeto básico item 11- **Qualificação Técnica da Empresa prestadora do serviço**).

5.2 – A documentação relativa à qualificação técnica será analisada pela área técnica demandante, que apresentará ao Pregoeiro ou membro da CPL sua manifestação fundamentada sobre a aceitação ou rejeição, que constará do Processo Interno.

6. DAS DECLARAÇÕES (MODELOS NO ANEXO V)

6.1 – Em atendimento ao art. 55, I, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, deverá a Contratada apresentar declaração de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

6.2 – Em atendimento ao art. 55, II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, deverá a Contratada apresentar declaração de inexistência de fatos impeditivos para contratação com a EMATER-MG, em conformidade com o art. 7º, e no caso de obras e serviços de engenharia em conformidade com o art. 8º, ambos do referido Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG.

6.3 – Em atendimento ao art. 55, III, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, deverá a Contratada apresentar declaração de inexistência de Servidor Público da Emater-MG no quadro da licitante vencedora/empresa contratada.

7. QUALIFICAÇÃO PARA FINS DO e-SOCIAL

7.1 – Especificamente no caso de licitantes que sejam MEI's ou pessoas físicas (eventual/autônomo), o Pregoeiro(a) poderá exigir documentação que comprove sua situação de regularidade para fins e atendimento das exigências do e-Social.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal do licitante de que trata a Lei Complementar Federal nº 123/06 e Decreto Estadual nº 47.437/18, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o licitante beneficiado for declarado vencedor do respectivo certame pelo Sistema, prorrogáveis por igual período, a critério da EMATER-MG, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.2 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do

direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

8.3 – Os documentos de habilitação enumerados neste Anexo, à exceção dos indicados nos Itens 5 e 6 acima, poderão ser substituídos, total ou parcialmente, pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC, emitido ao licitante pelo Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - SEPLAG/MG.

8.4 - A consulta ao CAFIMP e aos Sistemas CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM, do SIRCAD, que emite a Certidão Negativa Correccional (<https://certidoes.cgu.gov.br>), em atendimento ao subitem 6.13 do Edital, em conformidade com o art. 52, §3º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, será feita pelo Pregoeiro que deverá consultar e emitir o comprovante de que o licitante não está inscrito no mesmo. Sendo documento juntado pelo licitante, deve o(a) Pregoeiro(a) atestar a veracidade e autenticidade das informações ali contidas.

8.5 – O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas incidirá a inabilitação do licitante declarado vencedor do certame.

8.6 – Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

8.6.1 – Para fins do disposto no subitem 9.6 deste Anexo, o licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

8.6.2 – Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o caput serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal 8.660/2016, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

ANEXO V

DECLARAÇÃO ART. 7º, XXXIII DA CF/88

PREGÃO ELETRÔNICO SIAD Nº ____/____ PROCESSO SEI Nº: ____/____

A Empresa _____, CNPJ n.º _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que na mesma não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, na forma da lei.

_____, _____ de _____ de 2024 (data e local)

Nome e assinatura do representante Legal

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

PREGÃO ELETRÔNICO SIAD Nº ____/____ PROCESSO SEI Nº: ____/____

A empresa, CNPJ nº, sediada (endereço completo), por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e inscrito no CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que, até a presente data, inexistem quaisquer fatos impeditivos para sua participação no presente processo licitatório, Pregão Eletrônico nº, especialmente em relação àqueles descritos nos arts. 37, §1º, 38 e 44, da Lei Federal nº 13.303/2016, art. 7º, ambos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARA, ainda, sob as penas da Lei, que não se encontra inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 13.994/2001 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012.

....., ... de de 20..... (Data e local)

.....
Nome e assinatura do representante legal

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR/EMPREGADO PÚBLICO

PREGÃO ELETRÔNICO SIAD Nº ____/____ PROCESSO SEI Nº: ____/____

A empresa, CNPJ nº, sediada (endereço completo), por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e inscrito no CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que, não possui em seu quadro societário servidor público da Emater-MG.

....., ... de de 20..... (Data e local)

.....
Nome e assinatura do representante legal

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO SIAD Nº ____/____
____/____

PROCESSO SEI Nº:

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SISTEMA
DE TELEFONIA VOIP PARA A UNIDADE CENTRAL DA
EMATER-MG QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA
DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – EMATER/MG E**

.....

A **EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – EMATER-MG**, com sede à Avenida Raja Gabaglia, nº 1.626, Bairro Gutierrez, Belo Horizonte-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 19.198.118/0001-02, Inscrição Estadual nº. 062.202.262-0070, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu (Diretor Presidente ou Gerente, acrescido da qualificação, endereço e nº do CPF e CI-RG), residente e domiciliado em - MG e a **(Contratada, em caixa alta e negrito)**, com sede à Rua/Avenida, ..., Bairro, em (cidade), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr (a), (qualificação, endereço e nº do CPF e CI-RG), firmam o presente **contrato de prestação de serviços**, decorrente do procedimento licitatório nº, que será regido pela Lei nº 13.303/2016 e suas alterações, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, bem como pelas demais normas aplicáveis e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria, projetos, suporte técnico e gerenciamento de banco de dados, sistemas operacionais, soluções de backup, infraestrutura lógica de rede, monitoramento, administração de ambientes computacionais locais e nuvem pública e segurança da informação, conforme especificações constantes neste Projeto Básico e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

2.1 – Deram origem a este contrato e a ele se integram, sem necessidade de transcrição, os seguintes documentos:

- a) Proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de ____/____/2024;
- b) Pregão Eletrônico - Procedimento licitatório nº 3040.01.0002172/2024-36, bem como o edital e seus anexos.
- c) Anexo I do Edital - Termo de Referência.
- d) Anexo II do Edital - Projeto Básico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, NORMAS APLICÁVEIS E VINCULAÇÃO AO EDITAL

3.1 – Este contrato é regulado pelas suas cláusulas, pelas Leis 13.303/16, pela Lei Complementar 123/06, pelos Decretos Estaduais 45.902/12 e 47.437/18, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, pelos preceitos de direito privado, dentre outras normas aplicáveis.

3.2 – Conforme art. 86, IX, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, este contrato se vincula ao instrumento convocatório do procedimento licitatório nº 3040.01.0001233/2024-72.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, a partir de sua assinatura.

4.2 – Respeitados os limites do art. 71, da Lei nº 13.303/16 e art. 90, do Regulamento Interno de Licitações e

Contratos da Emater-MG, o presente contrato poderá ser prorrogado por acordo entre as partes e na forma do art. 85, III, b, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, desde que atendidos ainda os requisitos do art. 92 desse último.

4.3 - A CONTRATANTE deverá solicitar à CONTRATADA que manifeste, expressamente, sua anuência na prorrogação do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES

5.1 - O presente contrato terá o valor total estimado de R\$ xxxxxx (xx.....), para o período de 60 (sessenta) meses, cujo pagamento ocorrerá na forma prevista na Cláusula Sexta.

5.2 – Estão considerados no preço previsto no subitem anterior todos os tributos, contribuições, encargos, taxas, despesas e custos, diretos ou indiretos, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste contrato.

5.3 – Poderá ocorrer o reajuste do valor ao final de cada período de 12 (doze) meses, na situação de ocorrência de variação inflacionária no período e para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, hipótese em que será aplicado o IPCA, apurado na forma prevista na Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 8898, de 14 de junho de 2013, ou outro que venha a ser fixado em razão de alteração na referida Resolução Conjunta.

5.3.1 – Na forma do art. 99, II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, o marco inicial para a concessão do reajustamento de preços será contado a partir da data da proposta apresentada, quando se tratar de contrato com prazo de vigência superior a 12 (doze) meses.

5.3.2 – A CONTRATADA deverá manifestar formalmente o interesse no reajuste anual de preços, acompanhado da respectiva memória de cálculo, nos termos do art. 99, III, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG.

5.4 - O reajuste previsto nesta Cláusula pode ser registrado por simples apostilamento a teor do art. 96, I, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, bem como art. 81, §7º, da Lei 13.303/16.

5.5 – Na hipótese de ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário, decorrentes da teoria da imprevisão, que venha causar desequilíbrio econômico-financeiro, poderá ocorrer a revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito, desde que atendidos os requisitos exigidos pelo art. 104 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 – Somente após a ocorrência de cada recebimento definitivo, realizado pelo gestor do contrato o pagamento relativo aos serviços será efetuado mensalmente em parcelas iguais após implantação da solução, pela EMATER-MG, no prazo de até 15(quinze) dias úteis, no valor de R\$ _____ (.....), mediante a apresentação pela CONTRATADA, da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica ou documento fiscal aceito pela legislação vigente, de acordo com o serviço prestado, já incluídos todos os impostos e encargos no preço unitário e no preço total.

6.2 – A CONTRATADA deverá comprovar, junto ao documento fiscal emitido, regularidade junto ao INSS e FGTS, através de certidão negativa de débito.

6.3 – Cumpridas as obrigações anteriores deste item 6, da Cláusula Décima Primeira deste contrato, bem como as condições de recebimento do objeto e pagamento previstas no Anexo I (Termo de Referência), é que o pagamento pelos serviços efetivamente prestados será efetuado, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contado da apresentação do documento fiscal e após aprovação, pela CONTRATANTE, se nenhuma irregularidade for constatada.

6.4 – Caso haja irregularidade na emissão do documento fiscal, este será devolvido à CONTRATADA para a devida regularização, caso em que o prazo referido no item 6.3 desta Cláusula, será recontado a partir da sua reapresentação sem erros.

6.5 – O CNPJ constante do documento fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

6.6 – Ocorrendo a mora entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, caberá correção

monetária pelo IGP-M, ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 – A Dotação Orçamentária/recursos financeiros no valor estimado de R\$ XXXXXX para o período de 60 (sessenta meses), face ao objeto do presente contrato, correrão por conta da seguinte verba/dotação: PROGRAMA GERAL nº 3041 20 606 090 4235 0001 3390 40 67 1 0.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações previstas no Edital e seus anexos, bem como na legislação aplicável, a contratada deverá:

8.1 – Cumprir com todas as obrigações previstas neste contrato e atender as solicitações feitas pela CONTRATANTE, dentro dos prazos estabelecidos.

8.2 – Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

8.3 – Após comunicação da EMATER-MG, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir imediatamente e às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responder por danos causados diretamente a terceiros ou à CONTRATANTE, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

8.4 – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre a execução deste contrato, podendo a CONTRATANTE, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de regularidade, sendo que a inadimplência desta, quanto a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

8.5 – Designar 01 (um) preposto como responsável pelo contrato para ser interlocutor da CONTRATADA, zelando sempre pelo fiel cumprimento das obrigações ora pactuadas.

8.6 – Permitir vistorias e acompanhamentos da execução do objeto contratual pelo fiscal designado neste contrato pela CONTRATANTE e atender às determinações da fiscalização.

8.7 – Comunicar a aplicação de penalidade imposta à CONTRATADA que acarrete o impedimento de contratar com a CONTRATANTE, bem como a eventual perda dos pressupostos para participação de licitação, nos termos da Lei nº 13.303/2016.

8.8 – Manter a qualidade do(s) serviço(s), nos termos da proposta apresentada e responder, no que couber, pela correção, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis.

8.9 – Reparar todos os danos e prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo e independentemente da fiscalização ou acompanhamento da execução do contrato pelo fiscal designado.

8.10 – Dispor de recursos materiais e humanos necessários à perfeita execução do contrato, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, inclusive os relativos aos seguros de acidentes de trabalho de seus empregados, observando a legislação aplicável.

8.11 – Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes, registros e marcas, se responsabilizando pelos prejuízos, inclusive honorários advocatícios, custas e despesas de processos judiciais ou administrativos iniciados em face da CONTRATANTE.

8.12 – Informar imediatamente à CONTRATANTE toda e qualquer excepcionalidade, impeditiva ou não do cumprimento do contrato, de modo que sejam tomadas as providências imediatas.

8.13 – Não assumir quaisquer despesas em nome e por conta da CONTRATANTE, sem expressa autorização;

8.14 – Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências da CONTRATANTE, ou em qualquer outro local onde estejam prestando os serviços, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor;

8.15 – Prestar toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE, para verificação das cláusulas

estipuladas neste instrumento;

8.16 – Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução do objeto deste contrato, mesmo que para isso outra solução não prevista neste instrumento tenha que ser apresentada, para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE;

8.17 – Responsabilizar-se por todas as despesas com mão de obra, transportes, hospedagem, equipamentos auxiliares, impostos, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, trabalhistas, previdenciárias, salários, custos diretos e indiretos, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto;

8.18 – Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que a execução do objeto se realize com qualidade e perfeição, executando-os sob sua inteira responsabilidade;

8.19 – Manter entendimento com a CONTRATANTE, objetivando evitar interrupções ou paralisações na execução do objeto, informando-a, quando solicitado, a respeito do andamento dos trabalhos em desenvolvimento;

8.20 – Manter sigilo sobre as informações acerca da execução do objeto, que envolva o nome da EMATER-MG, e só divulgá-las mediante prévia e expressa autorização;

8.21 – Prestar esclarecimento à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a CONTRATADA, no âmbito do objeto deste contrato, independentemente de solicitação;

8.22 – Responsabilizar-se por recolhimento indevido ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado;

8.23 – Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados;

8.24 – Desenvolver integralmente o objeto ora ajustado e no limite deste instrumento, conforme especificações, normas técnicas e legais incidentes, atendendo com presteza todas as necessidades da CONTRATANTE;

8.25 – Comprovar, quando for o caso, a prestação de garantia escolhida para assegurar a execução do objeto deste contrato, nos termos dos itens 18.9 e 18.9.1 do Edital.

8.26 – Assegurar que o objeto da contratação atenda aos critérios de sustentabilidade, conforme diretrizes previstas na Lei 13.303/16.

8.27 – Cumprir por si e por seus gestores, empregados, prestadores autônomos de serviços, colaboradores, parceiros ou pessoas que, por qualquer outra forma e sob sua designação, os preceitos da Lei 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em todo tratamento de dados pessoais, ao atuar no âmbito do objeto contratado.

8.28 – Zelar pelo cumprimento da Lei 12.846/13, denominada “Lei Anticorrupção”, regulamentada pelo Decreto Federal 11.129/22 que prevê a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública nacional ou estrangeira, cuja aplicação de sanções ocorrerá em conformidade com o Decreto Estadual 46.782/15, que dispõe sobre o Processo Administrativo de Responsabilização.

8.29 – Reconhecer que a assinatura deste Contrato implica em adesão ao Código de Conduta e Integridade da EMATER-MG, disponível no site www.emater.mg.gov.br, na aba ‘Institucional’.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 – Fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através do fiscal designado, exigindo o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

9.2 – Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, quando for o caso, prestando as informações e os esclarecimentos por eles solicitados.

9.3 – Efetuar o pagamento do objeto contratual, na forma prevista na Cláusula Sexta deste contrato.

9.4 – Comunicar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer procedimentos, instruções, irregularidades, imprecisões ou desconformidades relacionadas ao contrato.

9.5 – Providenciar a abertura de procedimento administrativo para apuração de condutas irregulares praticadas

pela CONTRATADA, concedendo-lhe prazo para o exercício do contraditório e ampla defesa.

9.6 – Aplicar eventual penalidade à CONTRATADA, nos termos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO, DO REGIME E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

10.1 – A execução do objeto deste contrato ocorrerá no decorrer de 60 (sessenta) meses, conforme Termo de Referência e Projeto Básico.

10.2 – Os serviços serão prestados remotamente, pois, trata-se de um serviço em nuvem, porém, caso necessário a visita a sede deverá ocorrer na sede da Emater-MG situada à Av. Raja Gabáglia, 1626, Bairro Gutierrez, Belo Horizonte - MG.

10.3 – Empregado(a) da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento da execução do objeto:XXXXXX

10.4 – Em obediência ao disposto no art. 69, II, da Lei 13.303/16, o regime de execução do presente contrato será empreitada por preço global

10.5 – O cronograma de execução deverá observar o Termo de Referência, o Projeto Básico e a Proposta Comercial, a que se refere a Cláusula Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

11.1 - O recebimento do objeto deste contrato dar-se-á em conformidade com o subitem 18.6 do Edital e Item 6 do Anexo I (Termo de Referência), que integram o presente instrumento por força de sua Cláusula Segunda, observando que o recebimento ocorrerá dentro da vigência do contrato, sendo o recebimento definitivo condição para todos os pagamentos.

11.1.2 – O recebimento definitivo ficará a cargo do gestor do contrato, dentro do prazo estabelecido no Cronograma Físico e Financeiro, item 10 do Projeto básico, após comprovação da perfeita condição e do cumprimento das demais condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência;

11.2 – As eventuais impropriedades constatadas deverão ser registradas em documento próprio, no qual constarão as medidas a serem adotadas pela CONTRATADA e os respectivos prazos.

11.3 – Nos termos do art. 117, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER MG, o recebimento definitivo é condição indispensável para o pagamento em favor da CONTRATADA.

11.4 – O recebimento definitivo não exime a responsabilidade da CONTRATADA por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade do serviço realizado.

11.5 – O objeto não será recebido se executado em desacordo com o processo de contratação, com este contrato e, ainda, com a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-a, neste caso, às penalidades previstas neste instrumento.

11.6 – Em caso de não observância das condições, especificações e quantitativos estabelecidos no Edital, no Termo de Referência (Anexo I), no Projeto Básico (Anexo II), na Proposta Comercial (Anexo III) e neste Contrato, o objeto não será recebido.

11.7 – O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela perfeita execução do serviço, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

12.1. A fiscalização e a gestão do contrato serão exercidas pelo Gerente da ASGTI - Marcos Lopes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS DE RESCISÃO

13.1 – A rescisão do presente contrato poderá se dar:

I – de forma unilateral pela CONTRATANTE, assegurada a prévia defesa;

II – por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo;

III – por determinação judicial, nos termos da legislação.

13.2 – Constituem motivo para a rescisão unilateral deste contrato pela CONTRATANTE:

I – o não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

III – o descumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos, e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

IV – a prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação da CONTRATANTE, direta ou indiretamente.

13.3 – Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

13.4 – Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou na impossibilidade de notificação da CONTRATADA, por meio de publicação oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1 – Este contrato poderá ser alterado na ocorrência das hipóteses do art. 81 da Lei 13.303/16 e dos arts. 85, III, 95 e 104, todos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG.

14.2 – As alterações a que faz menção o item 14.1 desta cláusula serão celebrados mediante termo aditivo, exceto nas hipóteses mencionadas pelo art. 96, I a IV, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, que poderão ser registradas por simples apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

15.1 - Pela inexecução total ou parcial deste contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência

II - Multa:

a) Moratória;

b) Compensatória;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.2 – A multa moratória, em conformidade com os artigos 82, caput da Lei 13.303/16, e 121, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, incidirá nas hipóteses em que a Contratada incorra em atraso injustificado na execução deste instrumento contratual, em valor fixado segundo os seguintes percentuais:

I – 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso;

II – 20% (vinte por cento), em caso de atraso superior a trinta dias, calculado sobre o valor do serviço não realizado.

15.3 – A multa compensatória, nos termos do art. 122, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste instrumento contratual, será aplicada nos seguintes casos e percentuais:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor deste contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

II – 20% (vinte por cento), sobre o valor do serviço ou obra não realizada ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

15.3.1 – A aplicação da sanção prevista no subitem 15.3, não afasta a rescisão deste instrumento contratual e poderá ser descontada de eventual garantia que tenha sido prestada.

15.3.2 – Se a multa compensatória aplicada for de valor superior ao valor de eventual garantia que tenha sido prestada, a Contratada a perderá, além de responder pela diferença, que poderá ser descontada de pagamentos eventualmente devidos pela Contratante e ainda, cobrada judicialmente.

15.4 – A advertência de que trata o inciso I do subitem 15.1 é cabível frente a condutas de pequena gravidade e, materialmente equivale a comunicação formal de desacordo quanto à conduta da Contratada sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

15.5 – A sanção informada pelo subitem 15.1, III, poderá ser aplicada, em conformidade com o art. 83, caput e inciso III, e art. 84, ambos da Lei 13.303/16, nas seguintes hipóteses e garantida a prévia defesa:

I – Pela inexecução total ou parcial do contrato;

II – Às empresas ou profissionais que tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

III – Às empresas ou profissionais que tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

IV – Às empresas ou profissionais que demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Emater-MG em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5.1 – Em conformidade com os arts. 83, caput e inciso III, e 84, ambos da Lei 13.303/16 c/c art. 123, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, c/c art. 47, §1º, do Decreto Estadual 45.902/12, a suspensão temporária impedirá a Contratada de licitar e contratar com a Emater-MG, pelos seguintes prazos:

I – seis meses, nos casos de:

- a) alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida; ou
- b) prestação de serviço de baixa qualidade.

II – doze meses, no caso de:

- a) descumprimento de especificação técnica relativa a bem, serviço ou obra prevista em contrato.

III – vinte e quatro meses nos casos de:

- a) retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas, ou de fornecimento de bens;
- b) paralisação de obra, de serviço ou de fornecimento de bem, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;
- c) entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;
- d) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação;
- e) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;
- f) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6 – Nos termos do art. 124, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, a penalidade prevista no inciso III do subitem 15.1, será aplicada aos casos de descumprimento, como, por exemplo, mas não se limitando, a:

- I - deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- II - apresentar documentação falsa;
- III - não manter a proposta;
- IV - falhar ou fraudar a execução do contrato;
- V - comportar-se de modo inidôneo;
- VI - cometer fraude fiscal;

VII - reincidência de fatos já punidos anteriormente com multa;

VIII - a subcontratação do objeto contratual, sem prévia autorização formal da EMATER-MG;

IX - a emissão de título de crédito ou a utilização do contrato para fins de caução, comercialização ou cessão de direitos;

X - o descumprimento sistemático de obrigações legais ou contratuais;

XI - a quebra de sigilo contratual, quando prevista em contrato;

XII - falha grosseira ou má qualidade na execução do objeto contratual;

XIII - a ocorrência de comportamentos de risco à saúde e/ou à vida de empregados próprios e de terceiros;

XIV - a ocorrência de dano ambiental decorrente da execução inadequada do objeto contratual;

XV - a recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo previsto no instrumento convocatório;

XVI - a recusa ou o atraso na prestação da garantia, quando esta for exigida;

XVII - a interposição de recursos meramente protelatórios.

15.7 – Em conformidade com o art. 41, da Lei nº 13.303/2016 e com o art. 137 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-MG, aplicam-se a este instrumento contratual, as normas de direito penal contidas nos arts. 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal).

15.8 – Em conformidade com o art. 83, §2º, da Lei 13.303/16 c/c art. 119, §2º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-MG, as sanções previstas nos incisos I e III, do subitem 15.1, poderão ser aplicadas conjuntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

15.9 – O procedimento para aplicação de penalidades é aquele previsto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMATER-MG, observado o devido processo administrativo, assegurada a ampla defesa e contraditório.

15.10 – Conforme art. 125 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG, os efeitos das sanções previstas no subitem 15.1, III, poderão ser estendidos a pessoas jurídicas se constatada a existência de fraude ou abuso de forma em suas criações, bem como às pessoas naturais envolvidas, sem prejuízo da aplicação da Lei nº 12.846/2013, e demais medidas administrativas e judiciais cabíveis.

15.11 – Poderá ocorrer, também, a aplicação das sanções previstas nas Leis 12.846/2013 e 13.709/2018, na hipótese de incorrer nas vedações nelas previstas.

15.12 – As sanções aplicadas serão registradas e publicadas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no CAGEF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1 – Para execução do presente Contrato, não será exigida a prestação de garantia para assegurar a execução do objeto contratual no presente instrumento de que trata o art. 70 c/c art. 69, V, ambos da Lei 13.303/16, nos termos da justificativa ID 83574518, constante do Processo SEI 3040.01.0002172/2024-36.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS E DA PUBLICAÇÃO

17.1 – Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Emater-MG e demais normas aplicáveis.

17.2 – A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste contrato, bem como de eventuais termos aditivos que forem celebrados, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, e na hipótese de recursos federais, também no Diário Oficial da União, na forma prevista no art. 28 de seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Fica eleito o foro de Belo Horizonte/MG – Sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, o qual é assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Augusto Bortolini, Diretor(a) Administrativo(a) e Financeiro(a)**, em 14/05/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **88261010** e o código CRC **1B01110A**.